

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE
MUDANÇA DA REALIDADE**

Eliana Lonardoní
Jania da Silva Medeiros Pereira
Margarete Luzia Catine de Moraes
Rosemeire Rufino

Presidente Prudente/SP
2007

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE
MUDANÇA DA REALIDADE**

Eliana Lonardoní
Jania da Silva Medeiros Pereira
Margarete Luzia Catine de Moraes
Rosemeire Rufino

Trabalho de Curso apresentado como requisito parcial de conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof^a. Silvana Malaman Trevisan Dias Batista.

Presidente Prudente/SP
2007

CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE MUDANÇA DA REALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em
Serviço Social.

Silvana Malaman Trevisan Dias Batista

Márcia Heloisa de Oliveira

Maria José da Silva Ogeda

Presidente Prudente, ____/____/ 2007

Não posso estar no mundo de luvas nas mãos, constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha e intervenção na realidade.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que me deu forças, alicerce para caminhar e vencer todos os obstáculos, pelas oportunidades infinitas de aprendizado durante estes anos e que com sua luz divina me iluminou nesses caminhos.

Em especial a minha mãe Maria que amo tanto, por ela ter me dado a vida e me ensinado a lutar pelos meus sonhos e objetivos, devo tudo que sou a ela.

Ao meu marido Richard e ao meu filho Richard Júnior que amo muito, pelo carinho, a paciência e que eles me perdoem pelas minhas ausências, mas somente assim realizaria meu sonho de faculdade.

Às minhas irmãs Tânia e Vânia, à minha sobrinha Tamires que adoro muito, aos meus sogros Ruy e Odete, à minha cunhada Yngrid, que de uma forma ou de outra estiveram juntos na minha formação acadêmica.

Às minhas Amigas e parceiras Meg, Lilica e Rosinha, pelo carinho, atenção, paciência e principalmente pela nossa amizade por todo esse tempo, “...nada se compara ao amigo fiel...”

A todos os professores que fizeram parte da minha formação, com seus conhecimentos e a nossa professora, orientadores e amigos Silvana pela dedicação, apoio, confiança, nessa última etapa, meu muito obrigado.

Jania da Silva Medeiros Pereira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por iluminar meus caminhos, permitindo concluir mais uma etapa da minha vida.

À minha mãe Idalina que amo muito e que é tudo para mim, aos meus irmãos Augusto e Ubirajara e a minha sobrinha Amanda e também a minha tia Teresa.

Ao meu esposo Fernandes, pela sua compreensão, apoio, companheirismo, confiança e extrema paciência em toda essa caminhada e também responsável pela minha vitória.

Às minhas amigas e companheiras Jania, Lilica e Rosinha que estiveram juntas comigo nesses quatro anos e também nesse último trabalho de conclusão de curso.

À minha supervisora Maria José, pela paciência, cumplicidade, nas horas difíceis e nas mais alegres.

À professora, orientadora e amiga Silvana, pela confiança sincera e pelos conselhos valiosos oferecidos ao longo de todo esse trabalho de conclusão de curso.

Margarete Luzia Catine de Moraes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus meu amigo, por cada dia, cada oportunidade e principalmente pela realização deste sonho, simplesmente obrigada.

Agradeço ao meu pai João e à minha mãe Josefina, por terem aberto mão de suas vidas, para me acompanhar nesta caminhada que duraram quatro anos, sou muito grata por fazerem parte da minha história, pelo apoio, carinho e compreensão, quero que saibam que os amo muito e essa vitória, não é só minha, mas nossa!

Agradeço aos meus irmãos e sobrinhos pela paciência e carinho que tiveram comigo.

Meu muito obrigada, à minha supervisora de estágio Lucilene pela sua contribuição e atenção.

Agradeço ao meu amigo Júlio, que me apoiou desde o início deste curso, talvez se não fosse pelo seu incentivo, hoje não estaria concluindo mais uma etapa em minha vida.

Nestes quatro anos, apesar de termos passado por alguns momentos de conflitos, tivemos momentos de muita alegria. Há pessoas que passam por nossas vidas e outras que ficam essas são ditas especiais, e permanecerão para sempre no coração, são elas: Lilica, Jania e Meg.

Rosemeire Rufino

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, levando-me a superar obstáculos que acreditava, por muitas vezes, serem intransponíveis;

À minha mãe Antonia, ao meu pai José, minhas irmãs Eli e Elaine, minhas sobrinhas Ana Flávia e Maria Eduarda, meu cunhado Émerson que souberam compreender minha ausência e sempre lutaram ao meu lado, mesmo na distância;

Às minhas eternas amigas Meg, Jania, Rosinha, Natália, Aline, à assistente social Maria José, a Prof^a. Sonia que de certa forma, souberam acompanhar o meu interesse em construir e partilhar as descobertas realizadas no decorrer desses quatro anos, que me ensinaram a perseverar na luta pelos meus objetivos;

A todos os professores em especial a professora Silvana, pela dedicação durante a orientação deste trabalho;

E hoje agradeço, pois vocês fizeram, fazem e sempre farão parte da minha história.

Eliana Lonardoní

RESUMO

O presente trabalho busca desvelar a importância da ação profissional do Serviço Social, voltada para a potencialização de sujeitos sociais que reivindiquem seus direitos, na perspectiva da emancipação e da autonomia. O referencial bibliográfico deu suporte teórico para o tema em questão, levando a indagar sobre a prática profissional do Serviço Social diante do compromisso ético-político e da direção social da profissão, que orientam para a mudança da realidade posta e pressupõe um protagonismo profissional voltado para organização de sujeitos sociais. Trata-se de uma pesquisa realizada com os moradores do bairro Jardim Morada do Sol, onde inicialmente levantou-se todas as informações, para posteriormente realizar um levantamento bibliográfico e documental e dar continuidade a pesquisa de campo, mediante entrevistas com a população, em um estudo intenso e exaustivo, visando a coleta de dados e informações que sustentariam a pesquisa. Constatou-se que os movimentos protagonizados pela população e orientados pelo profissional de Serviço Social, mediante ações de identificação das potencialidades e de fortalecimento dos sujeitos, através da formação crítica, política e coletiva destes, conduziram a importantes melhorias tanto na realidade do bairro, expresso na conquista de infra-estrutura e expansão dos serviços sociais prestados, como também em mudanças que se expressam na vida das pessoas, apontando para uma cultura que valoriza a luta pela efetivação de direitos sociais e o exercício da cidadania. Diante de uma realidade marcada pela vivência de situações de vulnerabilidade social e do desrespeito aos direitos sociais, situamos a prática profissional do Serviço Social enquanto estratégia que fortalece e potencializa a luta e a resistência, em um movimento de ação e reação a esta realidade, com o intuito de construir respostas profissionais sustentáveis, que privilegie a ação de sujeitos sociais, dotados de capacidade reivindicativa e propositiva, visando à mudança desta.

Palavras-chave: Questão Social. Direitos sociais. Serviço Social. Direção Social. Sujeitos sociais.

ABSTRACT

The present work search to reveal the importance of the professional action of the Social Service, gone back to the master potential of social subjects that you/they demand their rights, in the perspective of the emancipation and of the autonomy. The bibliographical referential gave theoretical support for the theme in subject, taking to investigate on the professional practice of the Social Service before the ethical-political commitment and of the social direction of the profession, that you/they guide for the change of the put reality and he/she presupposes a professional protagonist returned for organization of social subjects. It is a research accomplished with the residents of the neighborhood Garden Lived of the Sun, where initially he/she got up all of the information, for later to accomplish a bibliographical and documental rising and to give continuity the field research, by interviews with the population, in an intense and exhausting study, seeking the collection of data and information that would sustain the research. It was verified that the movements played by the population and guided by the professional of Social Service, by actions of identification of the potentialities and of invigoration of the subjects, through the critical formation, politics and collective of these, they led to important improvements so much in the reality of the neighborhood, expressed in the infrastructure conquest and expansion of the rendered social services, as well as in changes that they are expressed in the people's life, appearing for a culture that values the fight for the effectuation of social rights and the exercise of the citizenship. Due to a reality marked for the it lives of situations of social vulnerability and of the disrespect to the social rights, we placed the professional practice of the Social Service while strategy that strengthens and it master potential the fight and the resistance, in an action movement and reaction the this reality, with the intention of building maintainable professional answers, that it privileges the action of social subjects, endowed with request capacity and propositival, seeking the change of this..

Key words: Social matter. Social Rights. Social Service. Social Citizens. Social Subjects.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 QUESTÃO SOCIAL E SUAS HISTÓRICAS EXPRESSÕES NO BRASIL.....	16
2.1 Questão Social e suas Históricas Expressões na Sociedade Brasileira.....	18
2.2 Estado de Bem-Estar Social no Brasil: uma Breve Trajetória Histórica.....	23
2.3 “Nova” Questão Social e suas Expressões na Atualidade.....	27
3 SERVIÇO SOCIAL EM INTERFACE COM OS DIREITOS SOCIAIS.....	31
3.1 Direitos Sociais: Fruto de Conquista ou Concessão.....	31
3.2 Cidadania: um Importante Instrumento na Busca pela Efetivação dos Direitos Sociais.....	38
3.3 Contribuições do Serviço Social na Efetivação dos Direitos Sociais.....	43
4 A REALIDADE DO BAIRRO JARDIM MORADA DO SOL COMO EXPRESSÃO DO PROTAGONISMO DO SERVIÇO SOCIAL.....	53
4.1 Surgimento e identificação de bairro Jardim Morada do Sol de Presidente Prudente.....	53
4.2 Intervenção do Serviço Social no processo de organização da população do bairro Jardim Morada do Sol.....	54
5 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
ANEXOS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como motivação inicial, as indagações do grupo em relação ao exercício profissional, diante do compromisso ético-político do Serviço Social com a população, com a perspectiva de efetivação dos direitos legalmente assegurados, situando a importância de ações que favoreçam o protagonismo de sujeitos sociais.

A relevância em abordar o tema está no fato do mesmo propiciar uma reflexão das possibilidades de atuação profissional que ultrapassem o imediato, vislumbrando respostas profissionais sustentáveis, com ênfase no exercício da cidadania, na perspectiva de materialização da direção social da profissão, embasado nos princípios ético-políticos, as quais sustentam a prática profissional, na perspectiva de mudança da realidade.

O objetivo do trabalho consiste em situar a importância da prática profissional do Serviço Social orientada por uma direção social que privilegie a mudança da realidade, pressupondo, para tanto, a organização de sujeitos sociais que protagonizem ações concretas, direcionadas para a emancipação e autonomia. Objetiva também analisar as contribuições e impactos da prática profissional do Serviço Social no processo de mobilização e potencialização de sujeitos sociais; situar a importância dos processos de resistência, protagonizados pela população, visando a efetiva materialização dos direitos sociais; coletar as experiências reais e concretas que ilustrem a efetiva materialização da direção social e ético-política da profissão.

Dada a complexidade da temática, seria difícil esgotá-la em pouco tempo previsto para a realização deste estudo. Tomou-se como referência prioritária, a posição de Bobbio (1992) sobre os direitos sociais, baseando-se na literatura específica do Serviço Social, que sustenta as questões referentes à questão social e a prática profissional defendidas por Yamamoto (1999), Pereira (2001) e Montaño (2004). Recorreu-se também ao Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, pois nele está explícito o projeto ético-político da profissão, assim como seus princípios fundamentais.

Trata-se de uma pesquisa com moradores do bairro Jardim Morada do Sol do município de Presidente Prudente - SP, compreendendo três etapas do trabalho, sendo que na primeira foi realizada a pesquisa preliminar, da qual, levantaram-se todas as informações; na segunda etapa prosseguiu-se com o levantamento bibliográfico e documental e, posteriormente, na terceira etapa realizou-se a pesquisa de campo para a qual foi utilizada uma série de procedimentos metodológicos complementares entre si, destacando-se a entrevista, observação participante e contatos, informações que sustentariam a pesquisa com os moradores e com a profissional de Serviço Social do bairro enfocado.

No contato inicial foi feita uma apresentação do tema, sendo viabilizados vários contatos com a população, mantendo-se um vínculo permanente com a mesma favorecendo assim, a coleta de informações e depoimentos. Foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada para facilitar a condução no processo de coleta de depoimentos, feita com muito cuidado e atenção para não coibir a espontaneidade das narrativas, possibilitando a liberdade, mas, com perguntas dirigidas para nortear e orientar o processo de coleta de dados. Os depoimentos foram gravados e/ou transcritos para expressar com mais concretude suas frustrações, resistências, objetivos, etc.

Os relatos foram analisados sob o enfoque de dois eixos: a perspectiva de mobilização e protagonismo social, tornando evidentes suas resistências, perspectivas, estabelecimento de identidades coletivas, dentre outros, com o objetivo de proporcionar visibilidade às experiências coletivas dos sujeitos sociais.

Visando uma descrição objetiva, sistemática, pura e simples dos conteúdos, objetivando ir além das aparências, utilizou-se como técnica, a análise de conteúdo, direcionada para responder as hipóteses da pesquisa, em um processo sistemático de busca e de organização dos dados. Para tanto, exigiu-se uma adequação dos instrumentos à investigação; uma leitura geral do material para saber o que ele contém; e, voltar aos objetivos e às categorias visando uma melhor adequação ao material coletado.

O trabalho é composto por três capítulos, sendo que, no primeiro, foi abordada a Questão Social, trazendo sua conceituação enquanto embate político estabelecido por sujeitos coletivos que problematizam suas necessidades e demandas sociais, a partir da tomada de consciência das condições de existência da

população. Ao compreendê-la como um fenômeno que se apresenta diferentemente em cada realidade, fez-se imprescindível apresentar uma retrospectiva histórica para melhor apreensão das particularidades desta na sociedade brasileira.

Seu reconhecimento, no Brasil, enquanto questão política remete à década de 1930, contextualizada em um processo específico de capitalismo, quando se evidenciam os primeiros sinais de industrialização no país e a introdução do modo de produção capitalista, levando ao acirramento das contradições entre capital e trabalho, sendo esta tratada de forma repressiva.

Diante das péssimas condições de vida exigiu-se o reconhecimento da questão social enquanto questão política, assim como de novas formas de enfrentamento, sendo este reconhecimento, fruto da organização e mobilização da classe trabalhadora, demandando um Estado mais intervencionista e forte, consolidando-se o Estado de Bem-Estar Social Brasileiro, apresentando diferentes formas de enfrentamento segundo o contexto ao qual estava vinculado, com características diferenciadas do modelo europeu e americano, donde Draibe *apud* Bonadio (2003) organiza-o historicamente em três fases, a saber: a primeira fase compreende o período de 1930 a 1964, sendo este subdivido em outros dois períodos, que vai de 1930 a 1943, marcado fundamentalmente pela introdução do Estado de Bem-Estar Social e, de 1943 a 1964, que aponta para a expansão deste, mesmo de forma fragmentada.

A segunda fase compreende o período de 1964 a 1985, marcado pela consolidação institucional de um sistema de proteção social brasileiro, apontando para uma significativa ampliação das políticas sociais, mesmo de forma fragmentada e seletiva e contextualizado em uma sociedade caracterizada como autoritária e tecnocrática do regime militar que se instalou em 1964, entretanto, já no final da década de 1970, observa-se o esgotamento de sua organização e financiamento, assim como se intensificam as lutas a favor da democracia, sendo esta conquistada na década seguinte.

A fase seguinte é marcada pelos rebatimentos neoliberais nas políticas sociais, compreendidas como “ameaças à democracia”, em perspectivas reducionistas e focalizadas.

Constata-se assim, a unanimidade dos autores do Serviço Social em defender que não há propriamente uma “nova” questão social, mas novas expressões desta, contextualizadas nas mudanças estruturais e políticas que apontam para alteração nas relações entre o capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, e nas políticas sociais. Assim a manifestação é nova, mas as determinações são as mesmas, apontando para os mesmos determinantes que impuseram o surgimento da questão social.

No segundo capítulo, procurou-se fazer uma explanação dos direitos sociais enquanto construções históricas e produto das lutas e movimentos da sociedade, objetivando a legitimação, por parte do Estado, das demandas e necessidades socialmente construídas, situando a importância dos sujeitos sociais, tanto no processo de afirmação dos direitos, como também na luta a favor de sua efetiva materialização.

Ressaltou-se a importância do exercício da cidadania na perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, contextualizada em processos de luta e construções coletivas inscritas nas relações sociais, na perspectiva de materialização dos direitos sociais, orientada pelos princípios de igualdade, liberdade e justiça social.

Neste contexto, o Serviço Social constitui-se em um campo de resgate do protagonismo, transformando os usuários em sujeitos com capacidades de exercer ações potenciais, onde suas práticas devem ser pensadas no conjunto da sociedade, de forma totalizante, na perspectiva de avançar na construção da cidadania social e na transposição da subalternidade, enquanto direção social da profissão.

Dessa forma, o Serviço Social deve apreender as novas mediações pelas quais se expressa a questão social, projetar e forjar formas de resistência atribuindo transparência às iniciativas de reversão ou enfrentamento as suas expressões, através de respostas profissionais sustentáveis e que favoreçam o exercício da cidadania.

O Serviço Social desenvolve ações que se sustentam em um compromisso ético-político que indica um horizonte para o exercício profissional, um caminho a ser trilhado, com uma direção ético-político, voltada para a liberdade,

como um valor central, aliada a autonomia, emancipação e expansão dos sujeitos, reconhecendo a população, como sujeito de direitos, valores e demandas legítimas.

O terceiro capítulo é fruto de uma pesquisa de campo, realizada no bairro Jardim Morada do Sol do município de Presidente Prudente-SP, na pretensa de afirmar a viabilização e concretude de ações profissionais que se sustentem na ênfase de práticas democráticas, que favoreçam o protagonismo de sujeitos sociais que lutem a favor da igualdade de acesso a bens e serviços, no sentido de efetivação dos direitos sociais.

Nas considerações finais, objetivam sintetizar as reflexões do grupo, em relação às experiências obtidas, donde concluímos que uma prática profissional comprometida e articulada, aos interesses e valores da população, exige ações inovadoras, que prestigiem o exercício da cidadania e o fortalecimento de sujeitos ativos, com ações concretas, na busca pela efetivação dos direitos sociais.

2 QUESTÃO SOCIAL E SUAS HISTÓRICAS EXPRESSÕES NO BRASIL

Antes de explanar sobre a trajetória histórica da questão social no Brasil, faz-se imprescindível conceituá-la.

O termo “questão social” começou a ser usado na terceira década do século XIX, na Europa, para expressar um fenômeno que surgiu das grandes transformações sociais, políticas e econômicas advindas da Revolução Industrial, dentre eles, o fenômeno do pauperismo, configurado como um tipo específico de pobreza, proveniente do modo de produção capitalista, em sua fase concorrencial.

A questão social surgiu no contexto do processo de industrialização no século XIX, na Grã-Bretanha, estando associada à consciência da classe trabalhadora em relação ao degradante nível de privação ao qual viviam. Apesar de existir desde o mercantilismo, pela primeira vez a pobreza foi contestada, visto que, segundo Gomes (1979), naquela época, esta não era considerada um problema, mas, era compreendida como um fenômeno natural, não havendo nenhum enfrentamento.

Netto (2001) a configura esse pauperismo, como um fenômeno sem precedentes na história, caracterizado pela desigualdade entre as classes sociais, fazendo com que a população como um todo, não tivesse acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, ilustrando índices de pobreza e de desigualdade social nunca visto antes.

No Brasil, o surgimento da questão social é, na maioria das vezes, contextualizado a partir da industrialização, onde se observa os embates políticos entre o proletariado e os capitalistas, enquanto classes antagônicas e com interesses divergentes. Contudo, Cardoso *et al.* (2002) afirma que, tal fenômeno já se expressava desde o período da escravidão, visto que os escravos eram tratados como animais, vivenciando situações subumanas e, não eram reconhecidos os direitos sociais como algo inerente às condições dignas de vida.

Entendida como “[...] conjunto de problemas políticos sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo, no curso da

constituição da sociedade capitalista [...] está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA, 1982 *apud* CARDOSO, 2002, p. 80), pressupõe também, as formas de resistência e de enfrentamento protagonizadas pela classe operária contra as disparidades no campo do acesso aos bens e serviços sociais, a fim de problematizar suas demandas e necessidades, enquanto produto do modo de produção vigente.

A pobreza resultante desse processo não constitui em si a questão social [...]. Ela foi e é pré-condição estrutural da questão social que, para ser explicitada como tal, precisou ser politicamente problematizada por atores sociais dotados de poder de pressão e capacidade de ameaçar a coesão do sistema [...] Sem essa problematização, a pobreza, o desemprego, a 'exclusão social', mesmo produzindo efeitos deletérios e devastadores sobre a humanidade, não construirão a questão social na sua inteireza (PEREIRA, 2003, p.4-5).

A pobreza, neste contexto, não era gerada somente pela miséria, mas pela apropriação privada dos bens e serviços que eram socialmente produzidos, onde o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada e monopolizada por uma pequena parcela da sociedade, assim, “[...] tanto mais a sociedade se revelava capaz de produzir progressivamente mais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham” (NETTO, 2001 p.42).

Assim, não adianta somente reconhecê-la como uma realidade, mas exige-se também, que esta seja problematizada, na medida em que, as desigualdades e as injustiças sociais somente são reconhecidas como tal, “[...] quando, de fato, são reconhecidas e assumidas por um dos setores da sociedade, com o objetivo de enfrentá-las, torná-las públicas e de transformá-las em demanda política” (ARCOVERDE, 1999, p.78-79).

Deste modo, compreende-se que questão social é a manifestação da miséria e do pauperismo, exigindo resposta para o enfrentamento das mazelas produzidas pelo capitalismo em sua fase concorrencial, assim, configurando-se como “[...] uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura” (CASTEL, 1998, p.30 *apud* SERRA, 2000, p.90).

Nesse sentido, Pereira (2003, p. 117) afirma que:

[...] a Questão Social é constituída de fatores estruturais, que independem da ação política de sujeitos em dadas circunstâncias; e, de outro, contém ações deliberadas e conscientes de sujeitos que querem mudar a sua história. Donde se conclui que, isoladamente, nenhum desses dois elementos é capaz de suscitar a Questão Social. A Questão Social é produto e expressão da relação contraditória, entre esses dois elementos, ou sucintamente, é produto e expressão da contradição fundamental entre capital e trabalho historicamente problematizada.

Assim, a questão social se complementa ao articular, ao mesmo tempo, estrutura e sujeitos históricos tanto na sua origem quanto no seu processamento. Isso quer dizer que, para a sua constituição e desenvolvimento, não bastam mudanças estruturais impulsionadas pelo avanço de forças produtivas, que por sua vez, vão forçar a superação de antigas relações sociais, exigindo a conscientização da classe trabalhadora de sua condição de classe explorada, na perspectiva de uma luta política contra os seus opressores. É preciso que, a partir de uma consciência política, em um processo de reação às condições de vida e de trabalho, na perspectiva de reversão da ordem burguesa e de inscrever nas agendas públicas e arenas decisórias às suas demandas, sejam devidamente problematizadas, exigindo respostas políticas do Estado.

2.1 Questão Social e suas Históricas Expressões na Sociedade Brasileira

Para uma melhor compreensão da questão social no Brasil, exige-se uma contextualização histórica deste fenômeno, na medida em que esta apresenta refrações e determinações próprias do modelo de produção capitalista, assim como de cada período e, segundo as características de cada sociedade, como se verá a seguir.

No Brasil instaurou-se um processo específico de capitalismo que determinou uma forma própria das relações entre o Estado, a Sociedade e o Mercado, que também se revela nas concepções de questão social e no seu enfrentamento através de políticas sociais.

Enquanto na Europa Ocidental a industrialização foi criando relações entre capital/trabalho e o Estado, onde se configurava a questão social, no Brasil o desenvolvimento capitalista se dava pelo campo, com conteúdo colonial e estrutura escravagista, marcando a história econômica e cultural do país, o que permite afirmar que no Brasil ocorreu um tipo específico de capitalismo, visto que o sistema produtivo brasileiro era agro-exportador, com ênfase agrícola da monocultura do café, sustentada em grandes latifúndios e, na utilização do trabalho escravo, além da característica de um país dependente dos pólos centrais da economia mundial, o que delineou de forma característica, as relações entre o Estado, a sociedade e o mercado e, conseqüentemente, as concepções e o enfrentamento da questão social.

Tal fenômeno adquire maior explicitação e visibilidade na sociedade brasileira, no período de 1890 a 1930 que corresponde ao período da Primeira República, quando se evidenciam os primeiros sinais de industrialização no país e, conseqüentemente, a introdução do modo de produção capitalista, o que remete ao surgimento do proletariado e da burguesia e ao acirramento das contradições entre o capital e trabalho. Esse antagonismo de classes se deve ao fato de que a burguesia, enquanto classe dominante era proprietária dos meios de produção dos bens e serviços e, o proletariado, enquanto classe dominada tinha que vender sua força de trabalho para sobreviver, configurando-se como uma classe explorada e submetida a longas jornadas de trabalho, sem qualquer direito ou proteção social, evidenciando-as como classes divergentes e com interesses opostos.

Neste período, as classes dominantes, formadas por oligarquias agrárias, não vêem a questão social como uma questão de direitos, não reconhecendo sua legalidade e legitimidade, dando-lhe tratamento policial repressivo exercido pelo Estado, que a compreende como manifestação de desordem e ameaça à ordem social.

No Brasil, no final da década de 20 e início da década de 30, com o crescimento da indústria e do mercado nacional, aprofundam-se também, as péssimas condições de vida da classe trabalhadora, exigindo do Estado, o reconhecimento dessas condições, assim como novas formas de enfrentamento da questão social, contrapondo-se à repressão e à caridade prevalecente por tanto tempo. Diante desse contexto de extrema exploração do proletariado, do aumento do pauperismo em índices nunca antes vistos, e, de ameaça à coesão social, situa-

se o surgimento da questão social, que, vale lembrar, também requer a ação de sujeitos sociais, com poder de pressão para explicitar e problematizar as questões pertinentes às suas condições de vida.

A conscientização dessa problemática é um elemento fundamental nesse processo, visto que, impulsionou o explicitamento dos interesses de todos, guiados pelos princípios de cooperação e apoio mútuo. Esse movimento de reivindicação é compreendido, pela classe dominante, como uma ameaça à coesão social, visto que levam suas demandas e necessidades para as arenas decisórias e agendas políticas.

Assim, Castel (1998) afirma que a questão social não surgiu no início do século XIX somente devido à existência de condições desumanas de vida e de trabalho, da classe trabalhadora, contextualizada no processo de industrialização, mas, também, pela consciência dessa mesma classe contra as condições que vivenciavam, configurando-se, simultaneamente, em vítimas e agentes, que problematizaram as degradantes condições de vida às quais eram submetidos.

O processo de industrialização estimulou a formação do proletariado no Brasil, e por influencia dos imigrantes europeus, houve um avanço da consciência sócio-política, e da organização da classe trabalhadora, na medida em que esses influenciaram e favoreceram a organização dos trabalhadores brasileiros, embasados nas experiências de organizações pela luta da questão social que já haviam experimentado na Europa, intensificando a luta dos trabalhadores brasileiros e desencadeando, desse modo, um processo que conferia maior densidade à questão social enquanto questão política desde 1920, porém esta concretude foi percebida mais claramente na década de 1930.

É nesse contexto de grandes transformações sócio-políticas e econômicas, desencadeadas pelo processo de industrialização, que sujeitos sociais, assumem seus papéis políticos fundamentais, transformando suas necessidades em questão social, incorporando-a na agenda pública e arenas decisórias, marcando a reação das classes subalternas à dominação social capitalista. Sendo assim, seu berço é o embate político entre capital e trabalho, representados pela burguesia e proletariado, e, entre as forças produtivas e relações de produção.

Apesar de incipiente, a industrialização brasileira acabou por intensificar o processo de urbanização e estimulou a formação do proletariado, por influência dos imigrantes europeus, convergindo para importantes níveis de consciência e organização da classe trabalhadora, sob influência das idéias anarco-sindicalistas, o que favoreceu a uma maior relevância no tratamento da questão social, apesar desta continuar a ser um grande desafio para a nova República.

É no contexto da industrialização que aumentaram as lutas pelas condições de vida e de trabalho, estando explícitas nestas, a luta pelo reconhecimento da questão social.

[...] a questão social passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade nacional [...] Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, começa-se a reconhecer que algo pode mudar que alguma negociação pode haver, sem que o *status quo* seja abalado (IANNI, 1991, p.3 *apud* BONADIO, 2003, p.62).

Diante da conjuntura social marcada pela extrema pobreza, o governo e os setores dominantes são levados a reconhecer a legitimidade da questão social; contudo, essa ainda é compreendida como caso de polícia, sofrendo forte coerção.

O reconhecimento dessa legitimidade não modifica de imediato as práticas, a questão social e suas expressões são resolvidas via repressão, tanto no campo como na cidade, repressão esta que também se estendia pelos movimentos populares sociais, os sindicatos, partidos políticos, com o intuito de anular ou intimidá-los.

No ano de 1922 foi fundado o primeiro partido operário no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro - PCB, e instalada também, a Semana de Arte Moderna e o movimento tenentista, importantes marcos contra a oligarquia e a ordem social posta, juntamente com as dissidências entre as oligarquias regionais. Esses fatores, somados à crise mundial de 1929, configuraram-se como elementos importantes que possibilitaram a revolução de 1930.

A revolução de 30 representou uma fase de redimensionamento do capitalismo brasileiro, contudo não conseguiu romper com a subordinação em

relação aos países desenvolvidos, representando, “[...] um arranjo entre as forças burguesas para a divisão do poder político e econômico [...] o poder se desloca das mãos dos latifúndios e coloca-se em setores modernizadores industriais” (MAZZEO, 1995, *apud* BONADIO, 2003, p. 63). Com o intuito de intensificar a industrialização do Brasil, o Estado adquire formas mais intervencionistas e centralizadoras, adquirindo funções de empreendedor e modernizador, intervindo no processo de crescimento econômico no país.

É, portanto, no primeiro terço do século XX, que a questão social no Brasil ganha maior relevância, visto que este momento é marcado pelo reconhecimento, por parte dos governos e dos setores dominantes, desta, enquanto uma realidade, além de tornar-se elemento essencial dos movimentos da sociedade. Contudo, apesar de ter seu reconhecimento, enquanto uma questão política, era ainda é tratada sob forte repressão.

A Igreja Católica, embasada pelas diretrizes das encíclicas papais, com ênfase na caridade e na filantropia, pregava a necessidade de se estabelecer uma aliança entre patrão e empregado, onde os primeiros deveriam ter consciência cristã e, portanto, não explorar e pagar o preço justo aos empregados, estes, por sua vez, deveriam conformar-se com o trabalho, que enobrece o homem e que lhes dará abundância no céu, pregando uma ação anti-revolucionária e conformista, contribuindo, dessa forma, com os interesses dominantes. Portanto, a igreja não fez e nem propôs nenhuma revolução ou reação quanto ao enfrentamento da questão social, pelo contrário, fez com que os trabalhadores fossem submissos a tal exploração, não estabelecendo nenhuma crítica, à relação capital e trabalho, além de sustentar a alienação dos trabalhadores aos princípios capitalistas.

Na verdade, desde o mercantilismo, no século XIV, a pobreza era utilizada como uma estratégia valorativa, a favor da reprodução econômica, e o trabalho compreendido como uma estratégia que impedia as revoltas e mobilizações contra o sistema, assim como a não exteriorização das más qualidades dos trabalhadores, onde “[...] os pobres, portanto, eram homens comuns, toscos, brutos, colocados utilitariamente a serviço de homens de qualidade” (PEREIRA, 2003, p.02).

Ao entender que o reconhecimento e a legitimação da questão social, enquanto questão política, e, portanto legal, exige uma maior explicitação e

contextualização histórica do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, visto que este, é que responde, via políticas sociais, às demandas apresentadas pela população.

2.2 Estado de Bem-Estar Social no Brasil: uma Breve Trajetória Histórica

Diante das mudanças econômicas, sociais e políticas, situa-se, nos anos de 1930 a 1960, a constituição e consolidação do Estado de Bem-Estar brasileiro, “[...] configurado nos moldes de um povo de ‘fraca cidadania’ e de um Estado forte [...], encharcado da velha cultura oligárquica espreada na burocracia estatal” (BONADIO, 2003, p.63).

Para alguns autores, como Draibe (1993) *apud* Bonadio, (2003) no Brasil se desenvolveu um Estado de Bem Estar Social diferenciado dos moldes do modelo europeu ou americano, adquirindo características próprias, assim como um padrão de formação e desenvolvimento, com especificidades próprias. Outros autores pontuam que, no Brasil, não houve um Estado de Bem-Estar Social, entretanto, tomaremos como eixo a vertente que reconhece sua existência na sociedade brasileira, contudo, dadas as suas especificidades e características próprias.

Para Draibe (1993) *apud* Bonadio, (2003) o Estado de Bem-Estar Social brasileiro se organiza em três fases, a saber.

A primeira fase compreende o período entre 1930 a 1964, sendo este subdividido pela autora em dois outros períodos: de 1930 a 1943, que se constitui no período de introdução de Estado de Bem-Estar Social e, de 1943 a 1964, que remete à sua expansão, mesmo que de forma fragmentada.

No primeiro período que vai de 1930 a 1943, observa-se a introdução do sistema de proteção social, apoiado pela legislação previdenciária com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e da legislação trabalhista, sendo a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, em 1943, um importante avanço! Contudo, este avanço, rebate na tendência marcante, na época, de

regulação da cidadania, apoiada em um sindicalismo corporativista, na regulação das profissões e na carteira profissional, tidas, estas últimas, como requisitos precedentes ao exercício da cidadania.

O período subsequente é marcado por uma expansão fragmentada e seletiva da proteção social, onde se observa significativa expansão nas áreas da saúde, educação, assistência social e, em contraposição, uma precária política de habitação popular. Apesar dos avanços, em relação à incorporação de outros segmentos da classe trabalhadora no sistema de proteção, estes ainda se efetivaram sob a marca da seletividade e da fragmentação, com políticas destinadas unicamente aos setores urbanos assalariados e sindicalizados, excluindo, desta forma, os trabalhadores rurais, os informais e os desempregados.

O início da década de 60 já presumia um momento de transformações sociais, diante do intenso clima de efervescência política, assim caracterizado pela intensificação das lutas e mobilizações sociais, que, contudo, tiveram como resposta, as mobilizações das elites, que instalaram o regime ditatorial, sustentado pelas forças militares, com forte ênfase conservadora, visando à manutenção da ordem social, com forte repressão às lutas sociais, consideradas ilegais.

Como consequência, as políticas sociais sob a égide da centralização e do controle burocrático governamental, expressavam fundamentalmente, traços corporativos, tecnocratas e centralizador, visando à legitimação do governo e o esvaziamento das bases sociais dos movimentos populares.

Deste modo,

A questão social era incorporada ao regime autocrática como ação estratégica de manutenção da estabilidade políticas e social do país. Não se tratava, portanto, de reconhecer direitos, tampouco, responder às demandas oriundas das manifestações sociais (BONADIO, 2003, p. 66).

Neste contexto, situa-se a segunda fase do Estado de Bem Estar Social no Brasil, compreendendo o período de 1964 a 1985.

No período de 1964 a 1977 observa-se a consolidação institucional de tal tipo de Estado, onde o sistema de proteção social brasileiro se completa, além da organização da regulação estatal nas áreas referentes aos bens e serviços básicos,

superando a fragmentação e a seletividade, apontando para tendências universalistas em relação às políticas sociais, a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, o Plano de Integração Social – PIS/PASEP, e a incorporação de trabalhadores rurais no sistema de proteção social.

Portanto, o Estado de Bem-Estar Social brasileiro remete a características autoritárias e tecnocráticas do regime militar que se instalou em 1964, onde:

[...] define-se o núcleo duro da intervenção social do Estado; arma-se o aparelho centralizado que suporta tal intervenção; são identificados os fundos e recursos que apoiarão financeiramente os esquemas de políticas sociais; definem-se os princípios e os mecanismos de operação e, finalmente, se estabelecem as regras de inclusão/exclusão social que marcam definitivamente o sistema (BONADIO, 2003, p.66-67).

Contudo, faz-se importante ressaltar que esses avanços, não expressam a universalização ou a superação da seletividade, mas convergem para uma ampliação significativa das políticas sociais em relação ao período anterior que, no entanto, no final da década de 70, aponta para um processo de esgotamento, em relação à sua organização e financiamento.

Diante do esgarçamento do modelo político e do regime autoritário, assim como do aumento expressivo da desigualdade social que marcaram a década de 1980, os movimentos sociais adquirem forças e intensificam suas lutas a favor da democracia.

Como decorrência dessa mobilização, a transição democrática e a questão social voltam à arena brasileira com a conquista de posições políticas de opositores ao regime militar, que passam a influir nos órgãos governamentais de planejamento e de gestão de políticas sociais, a favor das demandas populares, pressionado para que, as decisões governamentais as contemplem.

Entretanto, a incorporação dessas demandas não se concretizou de forma linear e progressiva, visto que

A contraditoriedade e a tensão estiveram presentes, tanto, do lado governamental, que precisava interagir com a sociedade civil organizada e, portanto, precisava produzir espaços institucionais, como do lado dos

movimentos sociais que perdiam energia na busca de consensos diante de propostas não convergentes, ou pela afirmação de lideranças sociais, e que nem sempre conseguiram exercer uma pressão consistente sobre os processos decisórios governamentais. Essas findas, em geral, vinham da classe trabalhadora que, por falta de formação de identidade social historicamente determinada, acabava por escoar-se e/ou fragmenta-se. (BONADIO, 2003, p.67)

Este momento é marcado pelas lutas a favor dos direitos sociais, a partir da compreensão de que a tutela e a filantropia deveriam ser substituídas pela noção de direitos, com ênfase na efetividade das políticas sociais, enquanto resposta às demandas socialmente postas, o que fortaleceu o caráter político da questão social e a busca por um novo ordenamento institucional. Vale ressaltar que foi a ação de agentes políticos, provenientes da classe trabalhadora com poder de pressão, com o intuito de dar visibilidade aos seus interesses, que proporcionou um rompimento com as históricas ações tuteladoras e assistencialistas a que eram submetidos os movimentos sociais.

Na década de 90, as políticas sociais sofreram determinações dos rebatimentos neoliberais, sendo tal momento caracterizado pela

[...] inexistência de um padrão de financiamento das políticas sociais, de população que demanda por serviços e serviços sociais, conseqüência da extensão da desigualdade social; e o esvaziamento da mobilização popular, principalmente, dos movimentos operários, dado aos novos rumos do capitalismo que vêm desenhando novas expressões da questão social (BONADIO, 2003, p.68).

Bonadio (2003, p. 68) afirma que:

As políticas sociais concebidas como direitos sociais garantidos pela Constituição federal de 1988, recebem o enfoque de 'ameaça à democracia', e de 'obstáculo ao saneamento das finanças públicas', bem como de alimentador do processo inflacionário, como expressão dos interesses corporativos. A própria Constituição federal é colocada na berlinda por seus 'excessos', que estariam impedindo a racionalidade do Estado e seu combate às 'injustiças sociais.

Neste sentido, o desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores, o trabalho precarizado, temporário e terceirizado que vem substituindo as relações estáveis de trabalho têm se configurado como uma das

faces de maior perversão do neoliberalismo, onde se acrescentam, em relação ao papel do Estado,

[...] propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não conseguiu via mercado, família ou comunidade (YASBEK, 2003, p. 37).

Essas têm sido apontadas por muitos autores, como, as novas expressões da questão social, como se verá a seguir.

2.3 “Nova” Questão Social e suas Expressões na Atualidade

Atualmente, a Questão Social está relacionada ao mercado auto-regulador, onde a desigualdade e a exclusão estão relacionadas às mudanças no mercado de trabalho e ao modo de produção capitalista, portanto, decorre das relações de produção e reprodução social.

Castel (1998) *apud* Pereira, (2003), afirma que esses fenômenos propiciaram o aparecimento de um novo conceito: o de exclusão social, que é o único capaz de abranger todas as situações de não-pertencimento ou não-acesso aos bens e serviços. Hoje, a pobreza não é mais um risco, mas uma situação de exclusão social, que está dissociada do reconhecimento de direitos.

Esta é, sinteticamente, a situação que se apresenta como uma nova questão social, embora desfalcada de problematizações de atores estratégicos e com poder de pressão. O próprio Castel reconhece que é difícil ver como os excluídos sociais poderão representar uma “força de pressão”, um potencial de luta, se eles, não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social, embora isso, na sua opinião, possa constituir um paradoxo, porque os excluídos continuam fazendo parte e ameaçando o sistema que os engendra. Mas, pelo que se sabe, esta ameaça decorre das contradições estruturais do fenômeno e não (ainda) de problematizações da parte de forças políticas estratégicas. Ou, em outros termos, a mola estrutural está armada, falta o seu acionamento político (PEREIRA, 2003, p. 117-118).

A questão social vem adquirindo novas modalidades, nos últimos tempos, por força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre o capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais e pelo chamado princípio da exclusão, que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho salariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero.

A abordagem de Robert Castel (1998) sobre a questão social busca caracterizá-la, hoje, a partir da desagregação da sociedade salarial. A questão social hoje, para o autor, põe em causa essa função integradora do trabalho, desestabilizando a vida social como um todo, configurando-se como uma dificuldade central, onde a sociedade expressa a coesão e as fraturas a ela pertinentes.

Contudo, principalmente na literatura do Serviço Social, muitos autores defendem que não há propriamente uma “nova” questão social, mas novas expressões destas.

Castel (1998, p. 46) afirma que as problemáticas da questão social são novas, assim a manifestação é nova, mas as determinações são as mesmas, afirmando que os “vagabundos da Revolução Industrial, os miseráveis do século XIX e excluídos de hoje”, são expressões das mesmas determinantes que impuseram o surgimento da questão social, contudo, diferentes em suas manifestações.

Rosanvallon (1998) *apud* Pereira (2001) salienta que as novas expressões da questão social, são acompanhadas de novas formas de pobreza e de insegurança social, e pelo desemprego, ocasionados pelas mudanças estruturais e políticas, iniciadas no final da década de 1970.

Pereira (2001, p. 52) afirma que, mesmo diante dos desafios sociais colocados pelas transformações econômicas e políticas, não há uma nova questão social,

[...] mas a velha dominação capitalista, que, sob nova configuração, subordina as necessidades do capital, parcelas consideráveis da população do planeta, impedindo-as de situar-se como iguais nas sociedades divididas em classe.

Complementa afirmando que, diante da perda de poder de pressão das forças sociais, onde esses não explicitam suas demandas e interesses com vistas a problematizá-los nas agendas públicas, há uma “[...] incomoda e complicada questão social latente (PEREIRA, 2001, p. 52), visto que os sujeitos sociais não se posicionam para impor e legitimar suas necessidades sociais.

A posição de Pereira (2001) é reforçada pela compreensão de que, a questão social que emergiu no século XIX, no contexto da Revolução Industrial, expressa um embate político, determinado pelas contradições entre capital/trabalho e forças produtivas/relações de produção que atualmente, não estão sendo politizadas, não expressando um embate político consistente.

Bonadio compreende-a como

[...] expressões das transformações da sociedade contemporânea, que apresentam como nossa roupagem as velhas questões, sob uma perspectiva de uma demonstração das denominações e das distintas explicações que a questão social recebeu do Brasil, sob varias influências (BONADIO, 2003, p.70)

Netto (2001), afirma que não há uma “nova questão social”, mas sim novas expressões da questão social, decorrentes da não supressão da ordem capitalista onde, a cada estágio ou momento histórico, visto que as manifestações e novas expressões devem considerar as particularidades histórico-culturais de cada contexto.

Pereira (2003), não considera a existência de uma questão social por inteiro, mas salienta que os desafios atuais são fruto da mesma contradição capital/trabalho que geraram a questão social no início do século XIX, contudo, com maiores proporções e uma insuficiente problematização.

Dessa forma, as principais expressões da questão social na atualidade apontam para as desigualdades e nas exclusões sociais, e para as transformações referentes ao mundo do trabalho, dentre elas, a flexibilização das relações de trabalho, o desemprego, dentre outras, além da

[...] luta dos trabalhadores urbanos, e os do campo, nas reivindicações dos movimentos negros, indígena, e o das mulheres na luta pela terra, pela

moradia, pela seguridade social, pela educação, pelo trabalho e sua regulação, pela liberdade sindical, pela luta de inclusão das minorias, e pela inclusão social da maioria despossuída, além da luta pelo meio ambiente (BONADIO, 2003, p. 70).

Portanto, a nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito.

O balanço das transformações societárias desencadeadas nas últimas décadas, resulta numa complexificação da chamada “questão social”. É com base no entendimento de que, as múltiplas expressões da questão social são objeto de trabalho, no cotidiano do assistente social e, “pacto” pela efetivação dos direitos sociais, como será explanado posteriormente.

3 SERVIÇO SOCIAL EM INTERFACE COM OS DIREITOS SOCIAIS.

3.1 Direitos Sociais: Fruto de Conquista ou Concessão

A partir da compreensão de que os direitos sociais constituem-se em um campo de intervenção profissional, faz-se necessário a conceituação dos mesmos.

Os direitos sociais são mecanismos de legitimação das demandas da população, utilizados como uma possibilidade de ruptura da subalternidade, objetivando a visualização e compreensão por parte do Estado das demandas e necessidades produzidas socialmente sob o prisma do modo de produção capitalista, valendo-se como estratégica de enfrentamento à questão social e suas expressões.

Os direitos devem estar relacionados às particularidades de determinada sociedade, exigindo que se estabeleçam diversas mediações para compreensão dessas demandas, conectadas ao contexto universal.

Sustentado sob o “caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social” (COUTO, 2004, p. 48), fundamentado nas necessidades reais dos homens, por se constituírem como básicas, objetivas, universais e históricas, exigindo uma mediação entre consciência individual e consciência coletiva, visto que estas é que irão formatar o processo de mobilização e luta.

Apreendidos como respostas a um padrão de cidadania, visto que toda luta requer ruptura com as relações instituídas, redimensionadas a favor da autonomia e da equidade, exige a ação de protagonistas sociais que reivindicam e problematizam suas demandas, objetivando um sistema de cobertura às exclusões e vulnerabilidades vivenciadas, expressando ações contra a ordem, na medida em que aponta para novos padrões de convivência e de sociabilidade.

[...] a questão dos direitos espelha o mundo em que vivemos, com suas injustiças, suas desigualdades, seus dilemas e suas contradições. A luta por direitos, por isso, quando devidamente politizada nos coloca de novo, o tempo todo, no olho do furacão, ou seja, no terreno dos conflitos, das lutas sociais, e acaba por nos animar a brigar por uma ordem social justa, sem miséria, sem exclusões e sem desigualdades (NOGUEIRA, 2004, p.11-12).

Portanto, os direitos configuram-se como produto de lutas sociais e negociações da população com o bloco do poder, para o reconhecimento legal das necessidades sociais, devidamente problematizadas.

Nesse sentido, a luta por direitos torna-se um objeto de disputa na sociedade para que possam ser garantidos e efetivados, já que, compreender as inúmeras determinações que incidem sobre a discussão da implementação dos direitos sociais, no âmbito econômico, político, social e cultural, é fundamental para identificar os elementos que têm contribuído para dar materialidade a esses direitos, trazendo na sua configuração, as possibilidades postas na luta cotidiana para o enfrentamento das mazelas geradas pelo capitalismo, visto que “é na história da sociedade, na prática social que se encontra a fonte dos nossos problemas e a chave de suas soluções” (IAMAMOTO, 1993, *apud* COUTO, 2004, p.30).

Muitos autores concebem os direitos sociais como concessão do Estado, com ênfase na acumulação e reprodução do modo de produção vigente¹. Tal tendência se sustenta no pensamento do *jus naturalista*, que defende a idéia de que os direitos são inerentes à condição humana, na qual sua garantia se justifica exatamente por essa mesma natureza humana, fundados em uma lógica apriorística. Assim, expressa ações pautadas no favor e na tutela, visto que “cria súditos” em vez de cidadãos (COUTO, 2004, p.52).

Em contraposição a tendência de concebê-los como concessão, observa-se a compreensão dos direitos sociais sob o enfoque da conquista onde o Estado reconhece e legitima as demandas populares. Tal processo é contextualizado em um momento de forte mobilização e lutas sociais efetivado por sujeitos conscientes e com poder de pressão diante das relações de poder, com o intuito de garantir mínimas condições de vida à população, sob a ótica da igualdade

¹ A ideologia neoliberal pressupõe uma intervenção pautada na tendência de desmontagem da proteção social e restrição dos direitos sociais, levando a ações emergenciais e compensatórias.

de acesso aos bens socialmente produzidos, configurando o princípio fundante dos direitos sociais.

Situa-se na compreensão dos direitos como produto do movimento que o homem trava visando à satisfação e materialização de suas demandas e necessidades sociais, configurando-se em “direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem” (BOBBIO, 1992, p.32).

Ressalta-se ainda, que os direitos são uma conquista e não uma dádiva, portanto, são dinâmicos e inacabados, exigindo que sejam constantemente conquistados e reconquistados, diante das relações de poder e de dominação que o cercam para atacá-lo.

Dessa forma,

Os direitos, porém, não são uma dádiva, nem uma concessão. Foram ‘arrancados’ por lutas e operações políticas complexas. (...) não são uma doação dos poderosos, mas um recurso com o qual os poderosos se adaptam às novas circunstâncias histórico-sociais, dobrando-se com isso, contraditoriamente, às exigências e pressões em favor de mais vida civilizada (NOGUEIRA, 2004, p.02).

Pressupõe-se, dessa forma, a ação de sujeitos sociais, na perspectiva de conquista da emancipação e da autonomia, sustentados sob o princípio da igualdade, rebatendo nas condições de vida que essas lutas reproduzem. Estes são compreendidos como sujeitos estrategicamente situados, e com poder de pressão que assumem papéis políticos fundamentais para a transformação de necessidades sociais em direitos, problematizando suas demandas com o objetivo de inseri-las nas agendas públicas e nas arenas decisórias, visando sua legitimação e politização.

Assim, enquanto foco de expressão privilegiada dos interesses da classe trabalhadora, expressa uma sociedade ativa e propositiva, vislumbrando a possibilidade de efetiva materialização de seus direitos e conquistar visibilidade às demandas e necessidades socialmente produzidas.

Devem ser apreendidos como

[...] sujeito (indivíduo) autônomo, ativo, participante, que tem consciência das desigualdades, da concentração de poder e de privilégio, das injustiças em suas diferentes formas de manifestação, das ameaças e do desrespeito aos direitos humanos e, ao mesmo tempo, é capaz de usar sua criatividade para realizar transformações por meio de sua atuação individual, inserindo-se em processos de lutas e construções coletivas de uma sociedade humana, solidária e cidadã (SILVA, 2001, p.9).

Visando a garantia dos direitos, os aparatos jurídicos, os contratos sociais, as leis e as constituições, são importantes mecanismos utilizados para efetivar a materialização destes direitos legalmente assegurados, visando garantir o “direito a ter direitos” (COUTO, 2004).

Esse reconhecimento formal dos direitos caracteriza-se como de suma importância, visto que a partir de então, podem ser cobrados e exigida a sua efetivação, pressupondo, para tanto, um reposicionamento das estruturas formais e a busca de mecanismos que possam garantir sua conquista.

Couto (2004, p. 54) salienta que “[...] pela sua natureza difusa, os direitos exigem mais do que a sua identificação formal, razão pela qual muitos ainda apontam que sua efetividade é mais uma questão da arena política”, o que tem dificultado sobremaneira a sua explicitação no campo jurídico formal.

Entretanto, a existência de garantias legais não se traduz necessariamente em garantias efetivas, não bastando somente afirmar legalmente um direito para vê-lo respeitado e materializado como uma realidade, visto que existe uma grande fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva materialização.

“É preciso ter claro que a simples existência de garantias legais não se traduz em garantias de direitos sociais, [...] assim existem leis em abundância e pouca efetividade no seu cumprimento” (COUTO, 2004, p. 56).

Dessa forma, as garantias legais, para se afirmarem, como uma garantia efetiva, remetem às condições e aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, assim como, no caso dos direitos sociais, exigem a presença do Estado para serem exercidos, onde este responde via políticas sociais, às demandas por bens e serviços, no sentido de concretizar e responder às necessidades sociais.

Dessa forma, “[...] uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente” (VIEIRA, 2004, p.16, *apud* BOBBIO, 1992), o que exige procedimentos protecionistas de governos democráticos como forma de garantir condições de vida minimamente digna a milhões de pessoas, sobretudo àquelas que se encontram excluídas do acesso a bens e serviços, submetidas às mais diversas formas de exploração. Torna-se fundamental para o avanço e consolidação de uma ordem democrática para a sociedade brasileira, o reconhecimento da generalização considerados como iguais.

Diante desse desafio, os direitos sociais, no mais das vezes, esbarram nos limites da cidadania política e nas desigualdades sociais, o que vem exigindo uma luta política a favor de um projeto de sociedade voltado à universalização dos direitos, visando o atendimento de suas necessidades sob o escopo do direito e na perspectiva de efetivação da justiça social.

Portanto,

O instrumento legal, por si só, não dá conta de impor o novo nessa relação. Esse novo é estabelecido pelo movimento social, pelas reivindicações dos trabalhadores, pela presença das classes subalternas na luta por verem reconhecidos seus interesses. Esse novo o tempo todo está-se debatendo com o velho (COUTO,2004,p.57).

O novo defronta-se cotidianamente com os interesses dominantes que criam valores e normas para reproduzirem socialmente suas aspirações e interesses, configurando-se como um grande desafio posto à classe trabalhadora.

Nessa mesma linha de pensamento, Nogueira (2004, p.03) salienta que

Paralelamente à reiteração jurídico-formal dos direitos, continuam a se multiplicar as situações de desrespeito, preconceito, exclusão e indiferença, assim como continuam a se prolongar as situações de marginalidade, “desproteção” e arbítrio.

Diante da atual tendência de não efetivação dos direitos sociais, a ação dos sujeitos sociais têm sido de fundamental importância não só na luta a favor de

sua garantia legal, mas também na perspectiva de materialização real dos mesmos, apontando para caminhos de ruptura e mudança da realidade.

Contudo, essa ruptura pressupõe ações concretas, na perspectiva de garantia da dignidade e do exercício da cidadania para ver suas demandas e necessidades atendidas, com o intuito de produzir impactos nas condições de vida da população.

Enquanto estratégia de resistência, funcionando como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade, onde esses se juntam a partir de identidades que se formam pela vivência de uma mesma situação, visando à construção de novos caminhos e tendo como horizonte a transformação da realidade, o protagonismo acontece quando, a partir de experiências em comum, esses se articulam entre si e segundo seus interesses, na busca pela legitimação de seus direitos, onde os sujeitos devem lutar na direção do enfrentamento as precárias condições de vida, na perspectiva de ter acesso a serviços eficazes, em uma atividade consciente e reivindicativa.

Nesse sentido, a luta pressupõe a

[...] consciência de que são “iguais” na pobreza, na exclusão e na subalternidade coloca a questão da cidadania dos subalternos em um novo patamar na perspectiva de sua constituição, como sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe. Ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma cultura em que prevaleçam seus interesses de classe (YASBEK, 1996, p.19).

Essa consciência crítica significa saber analisar as causas e os efeitos das situações que precisam ser enfrentadas, objetivando construir caminhos que visam a transformação social, econômica e cultural, na perspectiva de que o inconformismo, a revolta e a postura propositiva sejam canalizadas enquanto mecanismo de resistência.

A partir da compreensão de que a miséria e a desigualdade nas quais vivem, é um fenômeno social e não individual; esses sujeitos se articulam entre si e segundo seus interesses, atribuindo poder de interlocução para suas demandas devidamente politizadas, configurando-se como um processo de construção coletiva

e de revitalização e efetivação de práticas participativas, transformando os personagens de situações de carência e abandono, em sujeitos potencialmente revolucionários, em um movimento de reação da sociedade civil em defesa dos direitos sociais.

A constituição de sujeitos sociais está fundamentalmente relacionada a identidade, diante da vivência de situações iguais, expressando

[...] uma forma de pertencimento, uma representação de um modo de ser na trama social, pois é na confrontação social que se constrói a identidade de subalterno, dominado e excluído. Identidade engendrada pelas condições concretas de um cotidiano de enfrentamento da pobreza, que acaba por constituir, para todos, além de um campo de experiências similares, (...) que expressa a distribuição desigual, não apenas dos bens materiais, mas também dos bens culturais na sociedade (YASBEK, 1996, p.123).

Essa identidade expressa uma forma de pertencimento engendrada por condições de vida e experiências em comum, onde “aquilo que o individualiza e o diferencia, é também aquilo que o torna igual. Igual na pobreza, na exclusão, na subalternidade, na falta de acesso aos bens e serviços sociais” (YASBEK, 1996, p.75).

É, portanto, o resgate das experiências vivenciadas que irá dar o suporte para a elaboração de novas formas de atuação social, onde os sujeitos assumem-se como agentes de um processo de transformação da realidade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, por estes estarem situados em uma área de conflitos, a formalização desses direitos tem muitas vezes sido utilizada, via burocracia, como um mecanismo que individualiza e particulariza as demandas da população, levando à “[...] dissolução da cadeia social que compõe a discussão dos direitos sociais e sua garantia” (COUTO, 2004, p. 56). Entretanto, ao mesmo tempo em que leva a essa dissolução, a garantia legal também é um importante instrumento de garantia desses direitos, permitindo condições de socialização e de cobrança destes, voltados para a construção de um novo patamar de sociabilidade mais igualitário.

A construção de estratégias de ação na perspectiva de rompimento do ciclo vicioso da desigualdade social, econômica, política, e cultural têm como base

de sustentação, a participação e a cidadania, atribuindo-lhe um caráter político e transformador, contrariando qualquer intenção de mera reiteração do instituído

3.2 Cidadania: um Importante Instrumento na Busca pela Efetivação dos Direitos Sociais

A cidadania é um produto sócio-histórico contextualizada em processos de luta e construções coletivas inscritas nas relações sociais, na perspectiva de materialização dos direitos sociais, orientada pelos princípios de igualdade, liberdade e justiça social.

Portanto, pressupõe não somente o acesso e a efetiva materialização desses, mas também a invenção e reinvenção de novos direitos, a favor da emancipação, refletindo a “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria” (DEMO, 1995, p. 05), negando à submissa condição de objeto, visto que tem como objetivo principal, a erradicação da pobreza política².

Apesar de sustentar-se na noção de igualdade, a cidadania também pressupõe o respeito à diferença enquanto posicionamento que aprofunda e amplia o direito a igualdade (DAGNINO, 2004), sustentando na perspectiva de mudança e do respeito à dignidade humana, na medida em que o exercício da cidadania deriva de embates e lutas sociais enquanto fruto de ações estratégicas, envolvendo o engajamento políticos das classes populares.

Estando intrinsecamente relacionada à consciência política, possibilita a elaboração de estratégias de luta e ações inovadoras orientada para a noção de direitos, configurando-se como importante mecanismo de lutas contra a desigualdade social.

Portanto constitui-se em

Uma dimensão estratégica, no sentido de ampliar a capacidade das classes subalternas de alterar o já dado e construir novas possibilidades para a conquista de políticas sociais universalizantes, do seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e da construção da sua hegemonia (OLIVEIRA, 2004, p . 02).

² “O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra” (DEMO, 1995, p.02).

A cidadania, enquanto processo que visa a transformação de práticas arraigadas na sociedade, objetiva a instauração de novos patamares de sociabilidade, pautada por princípios mais igualitários de relações sociais, exigindo a constituição de uma dimensão pública de sociedade, em que “os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social” (Dagnino, 2004, p. 105).

A cidadania pode ser exercida tanto como mecanismo ou estratégia de transformação social na perspectiva de uma sociedade mais justa, onde a revitalização da luta de classes deve estar mobilizada tendo como horizonte a conquista e efetivação de políticas sociais que atendam as demandas e necessidades da classe trabalhadora, entretanto, também pode ser coagida e manipulada, reproduzindo práticas neutralizadoras, voltada para a reiteração do instituído.

Silva (2001) elenca três condições essenciais para a cidadania. A primeira condição refere-se a autonomia expressa em um indivíduo autônomo e nas contradições presentes nas relações sociais, sendo o indivíduo capaz de estabelecer estratégias de ação inserindo-se em processos de lutas e construções coletivas, visando a transformação e / ou superação das velhas políticas instituídas.

A segunda condição relaciona-se a democracia que, do ponto de vista político refere-se a participação dos indivíduos mediante a distribuição do poder, do ponto de vista socioeconômico-cultural, exige o acesso a renda e a riqueza socialmente produzida, como também à cultura, visto que cidadania está intrinsecamente relacionada ao usufruto de bens e serviços sociais, como também a participação nas estruturas políticas, econômicas, social e cultural.

A terceira condição refere-se ao desenvolvimento, contudo pressupõe um crescimento econômico que contemple e favorece a distribuição de renda e elevação da qualidade de vida, contrariando os modelos injustos e desiguais.

Essas três condições estão intimamente associadas, visto que a cidadania pressupõe consciência dos sujeitos que, desenvolvem ações orientadas para a transformação social visando redistribuição da riqueza, acesso à renda, à

cultura e aos direitos sociais, favorecendo assim o avanço da cidadania, ao compreender cidadão como

[...] aquele que usufrui dos bens e serviços produzidos socialmente e participa de forma livre, consciente e autônoma das decisões sobre a vida de seu país, em todas as dimensões (política, econômica, cultural, ética, etc.) e esferas de exercício de poder (SILVA, 2001, p.08).

Contextualizada em uma sociedade capitalista, sob inspirações neoliberais, a cidadania é manipulada para encobrir práticas conservadoras e políticas sociais focalizadas e assistencialistas.

De fato, pensar no cidadão imaginado pelo ideário liberal, no mundo moderno, pensar no indivíduo que pode, através de seus próprios meios, exercer ativamente a sua autonomia, essa é uma quimera. É uma quimera que não deve ser abandonada, é uma quimera que deve ser criticada do ponto de vista de quais são os meios efetivos pelos quais, em sociedade, ele exerce essa autonomia que é individual no fundo, mas que é mediada por instituições (OLIVEIRA, 2004, p.02).

Essa baixa efetividade está fundamentalmente relacionada aos avanços neoliberais que apontam para significativos rebatimentos no campo social, visto que

A orientação de recorte neoliberal tem sido encaminhada no sentido de desregulamentação, buscando não só desonerar o Estado e o mercado dos efeitos das desigualdades sociais, mas também os sistemas jurídicos formais do apelo da população empobrecida, que transitará, assim, da órbita do direito formal para a órbita da filantropia (COUTO, 2004, p.57).

A cidadania brasileira apresenta-se como concessão na perspectiva neoliberal, em detrimento dos reais dados da população, conformando-se como uma estratégia que o Estado visa para moldar e controlar o cidadão. Assim, tanto pode ser um mecanismo para maquiagem a realidade, como também, um fomentador mediante seu conhecimento, da mobilização, da população, em uma relação orgânica entre cidadania, mobilização, sociedade e defesa dos direitos sociais.

Há uma incapacidade da cidadania em romper com a desigualdade social e econômica, assim como as relações de exploração presentes na sociedade capitalista, onde adquire seu pleno significado quando compreendida como abstração necessária para fundamentar o exercício do poder político, utilizada como estratégia de reprodução da dominação social ao tentar ocultar as relações conflituosas.

Entretanto, compreendemos que é na dinâmica conflituosa da vida social que se ancora as possibilidades de universalização da cidadania, a instauração de outro padrão de sociedade regido por valores democráticos, que exige a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade civil organizada.

Nessa tensão entre desigualdade e protagonismo dos sujeitos sociais situa-se a participação enquanto processo intrinsecamente articulado a cidadania, em uma relação de complementaridade e articulação.

Participação é um processo que pressupõe ênfase nos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais, aliado ao desenvolvimento da capacidade humana de introduzir nas agendas públicas e arenas decisórias, a demanda por igualdade de oportunidades, de acesso a informação e a riqueza socialmente produzida, exigindo, portanto uma participação ativa, ou seja, uma participação que mobiliza, reivindica, manifesta-se, age, opondo-se a passividade que deixa o homem calado, sem voz, esperando o destino ou a vontade de alguém.

A participação educa para a liberdade, para estratégias de resistência, funcionando como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil onde esses se juntam a partir de identidades que se formam pela vivência de uma mesma situação, com o intuito de construir novos caminhos, tendo como horizonte a transformação da realidade.

Refere-se à capacidade de organização e mobilização da sociedade, a partir da consciência em relação às causas e efeitos das situações de privação e desigualdade social que irão subsidiar o estabelecimento de estratégias de ação na perspectiva da transformação da realidade posta.

É o resgate das experiências vivenciadas que irá dar o suporte para a elaboração de novas formas de atuação social, onde os sujeitos assumem-se como

agentes de um processo de transformação da realidade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A construção de estratégias de ação na perspectiva de rompimento do ciclo vicioso da desigualdade social, econômica, política, e cultural tem como base de sustentação de sua ação, a participação e a cidadania, atribuindo-lhe um caráter político e transformador, contrariando qualquer intenção de mera reiteração do instituído, como tem sido a tendência enfatizada pelo neoliberalismo que busca obscurecer qualquer manifestação participativa ao reforçar ações voluntárias e benemerentes que se dizem cidadãs.

Diante dessa compreensão, a participação é um processo, uma conquista e não uma dádiva, visto que é um processo dinâmico e inacabado. Já que “não existe como dádiva ou como espaço preexistente. Existe somente na medida de sua própria conquista” (DEMO, 1988, p.13).

Portanto, precisa ser conquistada e reconquistada, visto que exige consciência crítica e autocrítica da realidade, contextualizada em um processo de disputa de poder onde se busca não a eliminação do poder, mas outras formas de poder.

Não ignora o poder, mas utiliza, constrói e reconstrói as forças de quem, ao primeiro olhar, parece imerso na pobreza e destituído de forças para lutar, desprovido do próprio poder.

A participação é um instrumento de aprofundamento da democracia, pressupondo uma relação entre Estado e sociedade, onde essa última, através da gestão participativa, fiscaliza as ações do primeiro pressupondo a democratização das informações.

Contudo, a efetiva participação e, a garantia da vontade do povo, em um ambiente democrático, comumente esbarra nos complexos sistemas políticos marcados principalmente pela burocracia, com procedimentos minimamente democráticos.

A cidadania não se reduz ao voto, mais vai mais além: exige a garantia de espaços de discussão pública, em um ambiente democrático.

Com as inspirações neoliberais, a participação passa a ser compreendida na perspectiva individualista em contraposição ao seu significado coletivo, despida de seu caráter político. Radicalmente reduzida e redefinida a partir de parâmetro morais e individualizadores, as ações voluntárias e abstraídas de seu potencial transformador.

A cidadania pressupõe a ênfase, nas potencialidades humanas no intuito de concretizar a igualdade, enquanto princípio contrário à sociedade desigual na qual vivemos. Os sujeitos não podem ser compreendidos tão somente como sujeitos que lutam por melhores condições de vida, mas também como produtos da história, resultantes de suas ações transformadoras, em um processo de construção do “novo”.

3.3 Contribuições do Serviço Social na Efetivação dos Direitos Sociais

A luta por direitos sociais é, portanto, um processo de construção coletiva e, o Serviço Social constitui-se em um campo de resgate do protagonismo, transformando os usuários em sujeitos potencialmente revolucionários, onde suas ações devem ser pensadas no conjunto da sociedade, de forma totalizante, na perspectiva de avançar na construção da cidadania social e na transposição da subalternidade, enquanto direção social da profissão.

Dessa forma, o Serviço Social deve apreender as novas mediações pelas quais se expressa a Questão Social, projetar e forjar formas de resistência atribuindo transparência às iniciativas de reversão ou enfrentamento as suas expressões, através de respostas profissionais sustentáveis.

Por conseguinte, dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais, as formas de resistência e rebeldia da população na luta a favor dos direitos sociais, o que remete ao desafio de tornar os espaços de trabalho do Serviço Social enquanto espaço concretamente públicos, além de favorecer o exercício da cidadania, exigindo “um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais” (IAMAMOTO, 1999, p. 144).

O Serviço Social enquanto profissão interventiva, responde às necessidades sociais derivadas do modo de produção vigente, pautado em um compromisso ético-político com a classe trabalhadora com o intuito de fortalecer a organização e os processos de resistência dessa classe para o enfrentamento da Questão Social e a defesa de seus direitos e interesses, objetivando novos padrões de sociabilidade.

Portanto, é compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico do Serviço Social criar condições para que, a população, como um todo, caminhe na direção de sua constituição, como sujeitos, o que exige de tal profissional, a capacidade de decifrar a gênese dos processos sociais, a partir de uma interpretação crítica do contexto social, o que irá embasar o estabelecimento de estratégias de ação e, conseqüentemente, respostas profissionais sustentáveis.

Dessa forma,

[...] desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta [...] É condição ainda para se perceber as aspirações, os núcleos de contestação, a capacidade de imaginação e de invenção da sociedade aí presentes, que contém misturados elementos de recusa e afirmação do ordenamento social vigente (IAMAMOTO, 1999, p. 76).

Nessa mesma direção, o Código de Ética Profissional indica um horizonte para o exercício profissional, um caminho a ser trilhado, com uma direção ética-política voltada para a liberdade, como um valor central, aliada à autonomia, emancipação e expansão dos sujeitos, reconhecendo a população como sujeito de direitos, valores e demandas legítimas.

O princípio ético-político de reconhecimento da liberdade como valor ético central concebe o homem como sujeito e fonte de valores, em uma constante negação à inércia e às visões fatalistas e deterministas. Esse coloca grandes desafios à prática profissional do Serviço Social, visando uma nova realidade, embasada por uma ação e reação, contextualizada em um processo de reinvenção do cotidiano aliada a estratégias político-profissionais, a partir da compreensão de que o profissional “[...] é capaz de empreender a sua ação como uma unidade entre

autonomia e direção, interpretada como e pelo projeto político – profissional” (PAIVA & SALES, 2003, p. 183)

O Serviço Social demonstra sua forte articulação e vinculação na luta pelos direitos humanos, apontando para uma postura democrática, a favor da cidadania, em contraposição à crueldade e à desumanidade com as quais se convive diariamente na sociedade brasileira, e, no mundo.

Em uma relação peculiar com a cidadania, a equidade e a justiça social, as ações profissionais devem estar comprometidas com uma cidadania revolucionária, que visa à transformação social, em um trabalho politicamente engajado na potencialização das reivindicações e interesses presentes nos conflitos de forma a estabelecê-los como direitos, não se reduzindo à cidadania que se esgota na cesta básica.

Diante das demandas institucionais que expressam o imediato, as respostas profissionais não podem se reduzir ao enfrentamento de fatos isolados, devendo estar conectadas aos princípios e fins ético-políticos. Assim, cabe ao assistente social, fortalecer as lutas da classe trabalhadora em prol da universalização dos direitos sociais, não restringindo-se à pobreza absoluta, aos mais carentes entre os carentes.

Empenhado na eliminação de todas as formas de preconceito e o respeito à diversidade, que exige a negação da neutralidade profissional, tal profissional faz uma firme opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, a favor de ideais igualitários e libertários pertencentes ao horizonte das lutas sociais dos trabalhadores. Portanto, o eixo do projeto profissional refere-se à defesa das políticas públicas, visando à efetivação dos direitos sociais, salientando a articulação e o compromisso com a classe trabalhadora a favor de suas demandas e necessidades sociais, pressupondo, para tanto, uma apreensão e potencialização da dimensão política da prática profissional.

Portanto,

Cabe-nos concretizá-lo em fatos, atitudes, projetos e utopias, conforme essência origina logo como construção de uma sociabilidade sem dominação / exploração de classe, etnia e gênero, que assegura autonomia,

emancipação e plena expansão aos indivíduos sociais (PAIVA & SALES, 2003, p. 202).

Pautado no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional, exige-se uma prática profissional crítica e articulada às lutas e prioridades sociais da classe trabalhadora, em uma importante relação entre técnica, política e ética, com ênfase na “[...] mediação e articulação desempenhado pela ética entre o saber e a práxis política” (PAIVA & SALES, 2003, p. 203). Essa mediação exige renúncia à apatia, à resignação pressupondo competência profissional, sendo esta constituída cotidiana e gradualmente conectada a realidade.

Essa competência almeja a capacidade de crítica teórica, habilidade para projeções estratégicas no desempenho de atividades técnicas e políticas, superação de perspectivas reducionistas e unilaterais.

O princípio que se refere ao exercício do Serviço Social, sem ser discriminado por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, assegura principalmente, o respeito às diferenças, tanto em relação aos demais profissionais quanto ao usuário, embasado na noção de liberdade, visto que, como afirma Freire, “[...] na diferença está a matriz da identidade” (COSTA, 1994, *apud* PAIVA, 2003, p. 206), apontando para as potencialidades e a riqueza das nossas ações e conhecimentos.

Diante da compreensão de que a omissão e a acriticidade leva ao conformismo à submissão e, em sua face mais perversa, a reprodução de tudo o que combatemos: desigualdade, exclusão, discriminação, preconceito, intolerância, um dos grandes desafios postos atualmente à profissão, é

[...] ultrapassar os limites do que é comumente tido como estritamente profissional, para que se possa iluminar o entendimento das particularidades da profissão e de suas polêmicas nos quadros mais amplos das relações entre o Estado e a sociedade no país (IAMAMOTO, 2003, p.89).

“Que o anúncio de valores éticos que regem a prática profissional não se transforme apenas em declaração de belas intenções” (BONETTI, 2003, p.104).

Não basta tão somente conhecer a realidade, ter compromisso em transformá-la e ter conhecimento teórico-metodológico, se todas essas dimensões não forem direcionadas diante das possibilidades de ação e de construção de respostas profissionais sustentáveis, na medida em que somente compromisso, não muda as relações sociais, assim o compromisso deve estar aliado a uma estratégia de ação.

Nesse sentido, as respostas profissionais construídas pelo Serviço Social devem pautar-se pela compreensão do “[...] homem como um ser dotado de liberdade, capaz de criar, de antecipar objetivos, fazer escolhas e dar respostas, criando e recriando a vida social” (IAMAMOTO, 2003, p.102).

Pressupõe, portanto, uma ruptura política com o tradicionalismo profissional, vinculado um compromisso ético-político com a classe trabalhadora usando a transformação do ordenamento social instituído; embasado em uma visão do homem como ser prático-social.

Iamamoto (1999, p. 78) salienta que o Projeto Ético-político profissional

[...] não pode ser um documento que se ‘guarda nas gavetas’: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano.

Complementa afirmando que

[...] a vitalidade desse projeto encontra-se estreitamente relacionada a capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências e contratendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos (IAMAMOTO, 1999, p. 113-114).

A prática profissional remete às relações sociais assim como as relações de poder presentes na sociedade, inseridas em um intenso jogo de classes sociais, estando “[...] radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a construção de uma nova cidadania” (IAMAMOTO, 1999, p.168), sustentada em propostas profissionais que vislumbrem o protagonismo dos sujeitos sociais, “[...]”

que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social” (*Ibidem*, p.195).

Portanto, exige-se uma aproximação com as condições de vida da população, assim como as suas formas de lutas e organizações, o que permite ao profissional compreender as aspirações e expectativas, interesses e necessidades da população, com o intuito de constituí-la em sujeito social, a partir da historicidade que se revela no cotidiano da mesma.

Cabe a tal profissional captar e reconstruir os processos sociais, a partir do redimensionamento das relações entre sujeito e sociedade, reconhecendo suas demandas e necessidades sociais, como legítimas, visto que

É na tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e contraditórios, dos quais não é possível abstrair ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade (SALES, *et al.*2006, p.268).

A ação profissional é envolta de princípios éticos, o que confere significado histórico e social à profissão, acoplada a uma direção social à prática profissional, aliada à consciência crítica, sendo essa de fundamental importância para que as respostas profissionais não caiam no vazio e percam seu sentido.

O projeto profissional do Assistente Social possibilita uma clara intenção de estabelecer uma direção social progressista e democrática sobre as condições histórico-sociais contemporâneas, as quais na sociedade capitalista vigente são contraditórias, dada à lógica de reprodução das relações sociais dominantes e à divisão social do trabalho a ele inerente.

O Serviço Social tem sua ação orientada por uma direção social hegemônica na profissão, estando atrelado aos interesses populares, tendo como horizonte a transformação social, ou seja, mudanças nas relações sociais, com o intuito de construir uma sociedade mais justa e igualitária, para a construção do “novo”.

Portanto, o perfil predominante do Assistente Social, historicamente, é o de um profissional, que implementa políticas sociais e que atua na relação direta

com a população usuária, direcionando sua prática profissional, para a defesa e ampliação da esfera pública em favor da coletividade.

Engajados na potencialização das reivindicações e lutas da classe trabalhadora; tal profissional impulsiona a participação e a cidadania, favorecendo conseqüentemente, a ação política de sujeitos sociais, a partir da compreensão do homem como sujeito de direitos, antes de tudo.

Portanto, a partir da reflexão e ampliação da consciência social em relação às contradições sociais, o Serviço Social estabelece estratégias de enfrentamento que visam romper a subalternidade e garantir o acesso aos direitos sociais, através da luta e o fortalecimento das ações coletivas.

Nesse sentido, o Serviço Social enquanto interlocutor capaz de mobilizar as capacidades e as forças sociais deve localizar as potencialidades dessa população enquanto agentes de transformação, desenvolvendo suas capacidades e possibilidades de articulação, revestidos de poder de pressão para transformar as relações sociais.

O Serviço Social se posiciona, historicamente, por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, articulando-se, portanto, com movimentos sociais e de outras categorias. Esse conjunto, por fim, é operacionalizado pelo compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Um conjunto de valores e princípios explicitam o projeto político dos Assistentes Sociais, que depois segue com as disposições éticas que permeiam a estrutura social onde a categoria se insere e está inserida.

O compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora, não se esgota na sua afirmação, é preciso que esse seja mediado por estratégias concretas e articuladas a capacidade de objetivá-lo por meio de estratégias de ação, orientada por uma direção social, que pressupõe a transformação social. Nessa perspectiva, os sujeitos não podem ser compreendidos tão somente como sujeitos que lutam por melhores condições de vida, mas também, como produtores da história, resultante de suas ações transformadoras.

Sendo assim, com as transformações do mundo contemporâneo a categoria dos assistentes sociais, faz a clara opção por uma nova direção social, que ficou referendada nos princípios do Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e nas Diretrizes Curriculares (1996). Há um processo de “amadurecimento” mencionado por autores como Netto (1999) e Iamamoto (1998), no esforço de romper com o conservadorismo, no movimento de superação do distanciamento teórico-intelectual do exercício profissional, com um novo horizonte teórico-metodológico e ético-político.

A direção social da profissão não se esgota na afirmação do compromisso ético-político, é preciso que o compromisso seja mediado por estratégias concretas, articuladas à competência teórico-metodológica e técnico-operativa, assim como a capacidade de objetivá-las por meio da efetivação de direitos sociais.

Tal direção social tem sido construída no processo de formação profissional e organizativo, definindo-se como hegemônica, diante dos confrontos das diferentes vertentes teórico-político-ideológicas. Vertentes que estão presentes no interior da categoria profissional e da formação profissional, que deve privilegiar conhecimentos, práticas e habilidades capazes de formar profissionais que desvelem as contradições estruturais e construam mediações na perspectiva da emancipação das classes subalternas, especialmente diante das transformações societárias, que reconfiguram necessidades dadas e recriam novas. (NETTO, 1999).

É dever de tal profissional participar do processo de conquista, garantia e ampliação dos direitos enquanto princípio ético-político de tal profissão. A garantia dos direitos remete ao dever do Estado, e sua conquista às lutas engendradas pelos movimentos sociais, ou seja,

[...] a garantia destes direitos vai derivar da correlação de forças e das lutas sociais a favor ou contra sua manutenção e ampliação. Nestas lutas, enquanto profissional e enquanto cidadão (mesmo que diferenciadamente), o assistente social tem um papel a cumprir (MONTAÑO, 2004, p.03).

Garantir direitos, no atual contexto de negação e desmonte da profissão é um grande desafio que, no entanto, não o é somente para o Serviço

Social, não sendo um dever deste, garanti-los. Essa visão colocaria esse profissional, como um herói, dotado de poderes especiais para sozinho realizar tal tarefa, além de sucumbir e ofuscar a importante atuação dos movimentos e das lutas sociais a favor dos direitos, assim como do Estado, diante de seu dever constitucional.

O Serviço Social deve ter sua ação orientada pela compreensão de que a luta, pela afirmação e efetivação dos direitos sociais não é uma “utopia”, mas, deve expressar o compromisso na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, devido às exigências, postas pela atualidade, o profissional tem que ser, cada vez mais, multifuncional e com diversas habilidades, qualificado na esfera de execução, mas também na formulação e na gestão de políticas sociais públicas e empresariais. Deve ser ainda, um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir para o esclarecimento dos direitos sociais e os meios de exercê-los, dotado de uma capacidade crítico-reflexiva e apto a conhecer a realidade que nela atua e se insere, com o intuito de encontrar alternativas para renovar sua prática, rompendo com as simples repetições de tarefas.

Logo, o assistente social está sendo desafiado a reexaminar e aprimorar a sua contribuição político-profissional, face às inúmeras mudanças econômicas e ideológicas, impostas pelo novo reordenamento do capitalismo em escala mundial, engajado na defesa dos direitos e da justiça social. Cabe, assim, ao profissional indagar quais as alternativas e caminhos fecundos de organização e atuação para as entidades representativas da profissão, bem como para os assistentes sociais no seu cotidiano profissional, frente aos processos sociais que estão em curso.

Vale ressaltar, que optar por princípios da universalidade, eqüidade, justiça social, na busca de uma nova sociabilidade, faz parte de um contexto dinâmico, e que a vida profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo às condições mais gerais da vida social.

“É preciso alimentar a utopias e os sonhos, porem é fundamental engendrar mecanismos que possibilitem realizá-los efetivamente para que sejam expressão no seu conteúdo da realidade viva” (BONETTI, 2003, p.144).

Enquanto expressão da materialização da direção social, da profissão, situa-se o protagonismo do Serviço Social no bairro Jardim Morada do Sol, de Presidente Prudente.

4 A REALIDADE DO BAIRRO JARDIM MORADA DO SOL COMO EXPRESSÃO DO PROTAGONISMO DO SERVIÇO SOCIAL

4.1 Surgimento e identificação de bairro Jardim Morada do Sol de Presidente Prudente.

No período compreendido entre 1985 a 1989³, o poder público municipal, através da Secretaria de Habitação do município de Presidente Prudente constatou, após pesquisa, a existência de aproximadamente 1.000(mil) barracos localizados próximo ao bairro Jardim Eldorado e Jardim Sabará, localizados em áreas públicas municipais sem qualquer regulamentação (posse do lote, saneamento básico, arruamento, etc.).

Com o aumento das subhabitações, exigiu-se da Secretaria de Habitação, a elaboração de dois projetos habitacionais para a população residente nessas áreas públicas, com o objetivo de desfavelamento e regulamentação do local, sendo o primeiro projeto destinado à população residente nessas áreas públicas municipais, e o segundo era um projeto de lotes urbanizados para evitar a formação de novas favelas localizada há cinco quilômetros do centro-urbano da cidade de Presidente Prudente, surgindo, posteriormente, o bairro Jardim Morado do Sol.

Essa situação provocou, na época, revoltas, conflitos e resistências por parte dos moradores que pretendiam continuar no bairro em que residiam por ser mais próximo do centro da cidade, o que facilitava o acesso aos serviços de saúde, assistência social, e também não precisavam gastar dinheiro com passagem de ônibus para procurar trabalho, tanto formal e informal.

Em 1991, apesar das resistências, não restou àqueles moradores, alternativa senão, a de se mudarem para o novo loteamento, a eles destinados, ainda sem qualquer infra-estrutura. Segundo um antigo morador,

³ Neste período, a gestão municipal era do prefeito Paulo Constantino (PTB), entre 1989 a 1992.

- As pessoas foram tiradas das suas casas com a proposta de melhor moradia, contudo, passaram a sobreviver em condições subumanas e ainda piores que o bairro em que residiam anteriormente (SIC antigo morador do bairro).

O bairro ilustrava uma região periférica, popularmente conhecida como Km-7⁴, apresentando péssimas condições de vida. Como a população não tinha condições financeiras de construir suas casas no novo bairro, passaram a morar em casas feitas de madeira, lona e até de latas de óleo, sem saneamento básico, sem coleta de lixo, ausência de transporte coletivo, ausência ou dificuldade de acesso aos bens e serviços.

A população era composta por um grande percentual de idosos, jovens analfabetos ou com baixo nível de escolarização, adultos trabalhando no mercado informal e/ou no campo, significativo número de crianças e adolescentes desnutridos, e de alcoolistas, além de vários pontos de distribuição de drogas no bairro, ilustrando a situação de vulnerabilidade social.

Em sua maioria, era pessoa com identidades fragilizadas, baixa auto-estima, ausência ou reduzido conhecimento sobre seus direitos, vítimas de preconceito dos demais bairros.

Segundo informações de antigos moradores e profissionais que atuavam no bairro, até fevereiro de 1997 não existia nenhuma intervenção do Poder Público Municipal no bairro, visto que, as ações desenvolvidas eram iniciativas esporádicas da sociedade civil e entidades religiosas.

4.2 Intervenção do Serviço Social no processo de organização da população do bairro Jardim Morada do Sol

A Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social - SECRIFA, criada através da lei 3.706/93, tendo como diretriz prestar atendimento às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Assim, os Assistentes Sociais desenvolviam um trabalho de acompanhamento dessa população, inclusive a

⁴ Apesar de o bairro estar localizado a cinco quilômetros de distância do centro-urbano, este era conhecido popularmente como "km-7".

população do bairro em questão, no entanto esse trabalho era centralizado na própria secretaria, com ações realizadas na Cidade da Criança, não tendo um espaço físico destinado ao Serviço Social nos bairros considerados bolsões de pobreza.

Buscando maior eficácia das ações de atendimento às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, a partir de 1997 a Secretaria de Assistência Social no município de Presidente Prudente passou a descentralizar seus serviços de Assistência Social, visando e favorecendo o acesso e maior inclusão da população, em programas sociais, utilizando como instrumento o mapa da exclusão social⁵, através da implantação dos Núcleos de Ação Comunitária-NAC, do Programa de Ação Comunitária em locais considerados bolsões de pobreza, sendo o núcleo do bairro, Jardim Morada do Sol, o primeiro a ser implantado neste município,

No NAC do então bairro, a equipe técnica era composta por Assistente Social, estagiárias de Serviço Social e Educadores sociais. A profissional designada pela SAS para trabalhar neste foi a técnica Maria José da Silva Ógeda⁶ que já trabalhava na então secretaria antes da descentralização desse serviço, portanto já acompanhava a população do bairro através de visitas, entrevistas, orientações e encaminhamentos, conhecendo a realidade ali existente.

O objetivo do Serviço Social era propiciar atendimento das necessidades da população; incentivar a organização das comunidades para o auto-desenvolvimento; formação crítica, política e coletiva visando o exercício da cidadania; apoio às famílias e indivíduos na garantia de seus direitos de cidadania; além de oferecer serviços continuados de acompanhamento social e proteção social pró-ativa, dentre outros.

A população caracteriza-se pela vivência em total miséria, exigindo um trabalho árduo, aliado a um compromisso com a população ali residente, o que potencializa o trabalho do Serviço Social. Assim, com a chegada do Serviço Social no bairro,

⁵ O mapa da exclusão foi elaborado pela Unesp em 1997, campus de Presidente Prudente, para detectar os bairros que apresentavam altos índices de risco e vulnerabilidade social no município, ou seja, localizar geograficamente os bolsões de pobreza, constatando, na época, oito bairros nesta situação.

⁶ Maria José da Silva Ógeda é gestora do CRAS no bairro Morada do Sol, desde o início das ações de Serviço Social em tal bairro, contextualizado no ano de 1997.

- A esperança renasce! (SIC antigo morador do bairro).

Para realização das ações desempenhadas pelo Serviço Social, inicialmente foram estabelecidas parceria entre este e a Igreja Católica e a Associação Educacional Casa São Francisco de Assis, conhecida como Casa da Sopa, já presentes no bairro, para disponibilização de espaço físico voltado para efetivação das ações, sendo esta utilização concedida por autorizações das entidades.

Para apreensão da realidade do bairro e aproximação dos profissionais com a comunidade local, inicialmente o Serviço Social realizou um levantamento dos dados contidos em fichas de inscrição de atendimento das entidades mencionadas acima, visando conhecer o perfil da população, aliado à realização de entrevistas e visitas domiciliares para complementação desses dados. Posteriormente, os mesmos dados embasaram a elaboração de um plano de ação para a demanda levantada.

Para o desenvolvimento dessas ações a Casa da Sopa cedeu duas salas onde eram desenvolvidas as atividades sócio-educativas, como, corte de costura e atendimento às crianças e adolescentes, a Capela disponibilizou seu espaço para atendimento do Serviço Social à população e outras duas salas para atendimento à crianças e adolescentes, onde funcionava o Projeto Criança Cidadã. Com a transferência do então padre e a chegada de um novo pároco, este não autorizou mais a utilização do ambiente, antes por ele cedido, para a realização das ações do projeto, o que gerou revolta da comunidade, que se mobilizou e se organizou para falar com o Bispo solicitando que o projeto continuasse naquele espaço até a construção de um local apropriado, sendo autorizado por este.

Segundo a profissional de Serviço Social:

- Isso fez com que o Serviço Social e a comunidade tivessem consciência da luta árdua que tinham pela frente, das dificuldades e resistências que seriam enfrentadas, onde as alianças nem sempre são constantes e infundáveis.

O estreito vínculo de tal profissional com a população garantiu maior confiança e respeito da população com a profissional de Serviço Social, fortalecendo a parceria entre ambos, convergindo para um trabalho articulado, trabalho esse, que avançou através das reuniões, atendimentos grupais e/ou individuais, vivências comunitárias, etc., onde, diante das graves situações socioeconômicas da população, que os fragilizava, a ação profissional pautava-se pela compreensão de que o apoio social é de fundamental importância, na medida em que, na escuta dos problemas, busca-se refletir sobre as dificuldades e possibilidades, fortalecendo a população para o enfrentamento das questões vivenciadas.

A aproximação do profissional de Serviço Social com a cultura e os valores dessa comunidade foi imprescindível, visto que esses iriam embasar a metodologia de trabalho sustentado, pela compreensão de que a comunidade é um parceiro e um sujeito, capaz de engendrar mudanças na realidade, na luta a favor de seus interesses, contextualizando uma ação profissional comprometida e articulada com os interesses e demandas da população, convergindo para construção de respostas profissionais sustentáveis.

As ações desenvolvidas não se limitavam às demandas imediatas, portanto,

- A distribuição de cestas básicas, do leite e/ou a inserção de crianças e adolescentes em programas e projetos sociais, assim como auxílios financeiros, eram apreendidos pela profissional como uma possibilidade de 'trazer' a população para perto das ações desenvolvidas, não se limitando unicamente ao imediatismo (SIC profissional de Serviço Social).

Nesse sentido, essa aproximação entre profissional e população constituiu-se em uma estratégia de fortalecimento mútuo e de organização coletiva, em um processo de mediação entre ambos, favorecendo a viabilização de ações que promovessem a autonomia e a emancipação social, política e cultural dessa população.

A prestação de serviços materiais expressa uma mediação utilizada pelo profissional de Serviço Social, para intervir e fortalecer as lutas sociais da população, objetivando à conquista de melhorias para o bairro e enfatizando a necessidade de auto-gestão da comunidade. A organização e mobilização foram favorecidas através de ações educativas, com ênfase na participação, além de desvelar o papel político e reivindicativo da comunidade, voltado para a expansão do exercício da cidadania.

Vale ressaltar, como afirma a profissional de Serviço Social, a importância das lideranças e não do líder em si, visto que

- ninguém é líder todos os instantes de sua vida, mas diante de algumas circunstâncias, assim a construção de lideranças não implica uma ação, mas sim várias ações articuladas realizadas ou protagonizadas por várias pessoas, não somente e unicamente por um líder(SIC profissional de Serviço Social).

Segundo o profissional de Serviço Social, evidenciou-se a necessidade de identificar e preparar as lideranças permanentemente, a partir da compreensão de que a formação de lideranças é apreendida como uma importante estratégia de trabalho, pressupondo a participação na discussão e enfrentamento dos problemas da comunidade, promovendo uma visível alteração do comportamento dos indivíduos do bairro, com posturas que favoreceram a autonomia, maior responsabilidade e interesse por questões latentes no bairro.

A pesquisa desenvolvida constatou que o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social carrega a compreensão ideológica do homem e do mundo, registradas na sua ação, podendo potencializar ou limitar as possibilidades de mudança, como se fosse uma moeda com duas faces, uma de transformação social e superação das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas, e outra de reiteração do instituído.

É, portanto, a partir desse movimento de consciência, aliado a ações concretas que surgiu a necessidade de fortalecimento da Associação de Moradores, assim como revela um antigo morador , de que:

- Deveriam se juntar para reivindicar suas necessidades e demandas

A Associação de Moradores do jardim Morada do Sol configurou-se em um canal de luta e de participação, onde na qual a comunidade, com poder de pressão, problematizava suas necessidades e pressionava os órgãos competentes para a satisfação das mesmas, sendo o Serviço Social, um importante aliado nessa perspectiva.

Em um trabalho onde a ênfase na reflexão favoreceu a ampliação da capacidade de interpretação da realidade dessas famílias, bem como a organização e reflexão da população, em uma ação profissional mediada pelo Serviço Social, houve uma articulação entre a Associação de Moradores e o Serviço Social, sendo essa organização, decorrente da

- Necessidade de mudanças, que fez com que a população se reunisse para mudar a realidade do bairro (SIC atual vice-presidente da Associação de Moradores).

Em decorrência dessa articulação, em 1998, após encontros com a comunidade, envolvendo o Serviço Social, a Associação de Moradores e outras lideranças houve reunião para a discussão das dificuldades vivenciadas pela população. Foi montada uma comissão representativa que foi até o gabinete do Prefeito apresentar uma pauta com cerca de treze melhorias para o bairro, visto que a falta de infra-estrutura no local prejudicava a qualidade de vida da população, culminando em audiência pública com a presença do prefeito, diretores da SABESP e da Caiuá⁷.

Fruto da mobilização dos moradores diante de suas necessidades houve várias conquistas, dentre elas: concessão de linha de ônibus urbano; melhoria da iluminação pública; implantação e funcionamento da rede de esgoto; limpeza e diminuição de terrenos baldios; implantação do Programa Saúde da Família e o programa: “Viva Leite”, no bairro, dentre outros. Além de concessão de linha de

⁷ Ambas são empresas de prestação de serviço na área de água e esgoto, e distribuição de energia.

ônibus-circular, problematizada pela comunidade, decorrente do perigo a que estavam expostas as crianças e adolescentes que precisavam atravessar a rodovia para pegar o ônibus-circular para ir à escola, visto que esse não entrava no bairro. Como conseqüência, houve a necessidade de asfaltar as quatro principais ruas por onde o ônibus-circular passaria. A população mobilizou-se e reivindicou a pavimentação de todas as ruas do bairro, chegando a parar as máquinas que estavam trabalhando na obra. Contudo, apesar do protagonismo da população, na época, somente as ruas que estavam no projeto de pavimentação foram asfaltadas, sendo que alguns anos depois foram asfaltadas, todas as ruas do bairro.

Produto desse processo de mobilização, conscientização e fortalecimento da comunidade, os moradores sentiam-se incomodados com o pseudônimo de “km-7”, como é conhecido vulgarmente o bairro, expressando, para o mesmo, sinônimo de exclusão e marginalização da população ali residente, o que os rotulavam como: marginais; pessoas potencialmente perigosas; mendigos; pedintes, etc.

Um morador do bairro afirma que

- O povo não tinha discernimento e cultura, então, incorporaram a favela, como sendo excluídos mesmo.

No início, muitos utilizavam o pseudônimo “Km-7” para pedir esmolas e outros não conseguiam emprego quando citavam que moravam no bairro, fatos esses que colaboravam para com a cristalização desse estigma.

Nessa direção, uma das mais importantes conquistas foi a retirada do pseudônimo “Km-7” na placa do ônibus-circular, substituído por outra com o nome Jardim Morada do Sol, segundo um morador fora colocado também uma placa no início do bairro para identificá-lo, com o intuito de

- Mostrar que aqui mora cidadãos (SIC antigo morador do bairro).

As dificuldades fazem parte do processo. Assim, a ausência de alguns elementos básicos como: dificuldade de entendimento, não saber ler, escrever ou contar, através do que se deve considerar a capacidade cognitiva e de percepção da realidade, devem ser enfatizadas as habilidades e potencialidades latentes, onde o profissional exerce um papel de mediador entre o conhecimento dessa população e o conhecimento que pode ser ampliado, partindo da compreensão do homem como: ser dinâmico e histórico e, portanto, capaz de mobilizar-se e, ser mobilizado para mudanças. Tais ações requerem mudança de cultura, que privilegie a participação e a cidadania, visto que essas historicamente foram negadas à população, assim, a comunidade não tem histórico de luta por direitos.

Outro aspecto importante foi a aproximação do Serviço Social, com a realidade local, possibilitando captar suas especificidades e propor ações que colaborassem efetivamente com a instrumentalização dessa população para o exercício verdadeiro de cidadania, orientando para a conquista e efetivação de seus direitos. Essa postura é salientada pelos moradores, como uma ação positiva, na medida em que:

Os moradores tinham a necessidade de conhecer os seus direitos, porque as pessoas só ficavam aguardando que alguém conquistasse as coisas, eles não sabiam quais eram seus direitos e o que podiam reivindicar (SIC morador do bairro).

No diálogo com a família, o Assistente Social teve um importante papel ao propiciar a reflexão sobre sua realidade, além de utilizá-lo para ampliação e conquista de seus direitos em um trabalho, que segundo depoimento de usuário

- O Serviço Social é um lugar onde são respeitados, apoiados, ouvidos, além do estímulo para continuar caminhando.

Assim, o Serviço Social conquistou um espaço de apoio, respeito, inclusão e de troca de vivências e experiências, adequação de conhecimentos e informações elementares, possibilitando mudanças significativas na vida da

população e na realidade do bairro, onde segundo depoimento da profissional de Serviço Social

- As reuniões e orientações também favoreceram mudanças internas, portanto, as ações desenvolvidas exigiram práticas profissionais inovadoras, com o intuito de alterar e construir conceitos e cultura atendida com a evolução do contexto histórico na qual estamos inseridos.

Em 2000, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, através da Secretaria de Assistência Social, firmou convênio junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS, para a criação e efetivação da Rede Local de Atenção à Criança e ao Adolescente de Presidente Prudente, entre várias ações a serem financiadas, uma delas era a construção do espaço físico para o Centro de Educação para a Cidadania – CECs, cujo espaço seria destinado para o funcionamento de projetos sociais, voltados ao público infante-juvenil e as demais ações comunitárias. A construção do CEC iniciou-se em março de 2003, sendo inaugurado em maio de 2004, possibilitando um espaço físico adequado.

A profissional de Serviço Social afirma que as

- Mudança no cotidiano requer conhecimento e formas para alterá-lo.

Em 2004 foi formada a Comissão Local de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, com o objetivo de discutir os problemas existentes no bairro e, traçar estratégias de ação visando o melhor desenvolvimento do trabalho, como também fortalecer a participação e organização da comunidade favorecendo a reivindicação e problematização das questões, com fortes contribuições do Serviço Social nesse processo, obtendo continuidade por muitos anos.

Uma das demandas latentes no bairro era a construção de uma creche e de uma escola de ensino fundamental, visto que as crianças em idade escolar tinham que se deslocarem até o Distrito de Montalvão, ao centro urbano e outros

bairros para ter acesso à educação, além da falta de creche para crianças de zero a seis anos.

O Serviço Social foi fundamental no processo de orientação da população sobre seus direitos, visto que

- Orienta sobre o que é e o que tem que fazer para garantir os direitos (SIC usuária dos serviços de Assistência Social).

Embora, as ações não se limitassem a orientações sobre direitos, buscavam apreender as potencialidades da população com o intuito de fortalecê-los, enquanto cidadãos, que reivindicam e problematizam suas demandas. Nesse sentido, as palestras, reuniões e grupos eram estratégia utilizada pelo Serviço Social para valorizar as vivências da população e dar voz a estes, uma voz que soe dignidade, objetivando mudanças tanto nos profissionais quanto na comunidade, com a ampliação da visão de homem e das necessidades sociais.

Para tanto, fez-se importante

- Captar com sensibilidade os aspectos subjetivos e objetivos que envolvem a trama relacional das famílias, ajudando a interpretá-los e enfrentá-los (SIC segundo a profissional de Serviço Social).

A pesquisa constatou que as ações educativas proporcionaram profundas mudanças socioculturais com ações que dinamizaram a consciência e a compreensão da realidade, enfatizando a luta por seus direitos.

Segundo a profissional de Serviço Social, as ações desenvolvidas se pautaram na

- Concepção de homem enquanto sujeito de direitos, dotado de capacidade de criar, manter e transformar a organização social e política de uma comunidade

Constatou-se que o Serviço Social compreende o homem como um sujeito capaz de transformar a realidade posta através da reflexão, definição e articulação de estratégias de ação. Nessa perspectiva, salienta a importância do “sentimento do nosso”, de pertencimento e posse de uma mesma comunidade convergindo para a participação ativa e a idéia de interdependência, com ênfase nas potencialidades de mobilização e protagonismo da comunidade, em uma abordagem onde a ação é embasada pelo exercício da reflexão.

A partir de um levantamento feito pela população do bairro, em articulação com a Associação de Moradores e o Serviço Social referente ao número de crianças em idade escolar e à demanda por vagas em creche, verificou-se que o percentual de crianças era suficiente para a construção de uma escola, levando tais dados até a Secretaria de Educação para pleitear a construção da mesma, além de reivindicar tais necessidades no Conselho Tutelar, que acionou o Ministério Público para a construção de escolas no bairro.

Em época de campanha política para eleições municipais, um candidato assegurou a construção da creche e da escola no bairro, posteriormente, reivindicado sua construção, após a eleição daquele político, sendo realizada a construção, em fevereiro de 2006, após determinação judicial.

Entretanto, ambas foram construídas no espaço utilizado pela comunidade como área de lazer, onde os atletas do bairro treinavam e, as crianças, e adolescentes a utilizavam como área de lazer, configurando-se como uma das demandas que vem sendo problematizadas atualmente pela população, ao lado da necessidade de construção de um posto policial.

Em maio de 2007, iniciou-se a construção do espaço físico do Programa de Saúde da Família, em terreno próximo ao CRAS, visto que o espaço cedido a este era inadequado e limitado, constituindo-se em uma conquista da comunidade do bairro Jardim Morada do Sol, após reivindicações dos moradores na Secretaria de Saúde e no jornal local, além de passeatas protagonizadas pelos mesmos, assim como, a construção de uma área de lazer, iniciada em junho deste ano, localizada entre o bairro em questão e o bairro Francisco Belo Galindo⁸, prestigiando a demanda por tal espaço da população dos dois bairros.

⁸ Bairro localizado próximo ao Jardim Morada do Sol.

A articulação do Serviço Social com os moradores, com ênfase nas potencialidades de reivindicação e problematização das demandas vivenciadas na comunidade, se deram através de ações de conscientização e fortalecimento dos sujeitos, desenvolvido através de pequenos encontros com a comunidade, abrindo espaço para discussões e reflexões referentes às dificuldades e necessidades coletivas vivenciadas no cotidiano, propiciando a percepção das condições e da realidade local, enquanto possibilidade de mudança.

Essa mudança se expressa na importante articulação entre o Serviço Social e a comunidade, favorecendo a participação da população e o exercício da cidadania. Exemplo disso expressou-se na participação da população nas pré-conferências dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, realizada em junho deste ano, caracterizando-se como o local que contou com maior participação da comunidade em geral, reunindo aproximadamente sessenta pessoas, onde foram escolhidos doze delegados para representar as demandas presentes no bairro, evidenciando o interesse e a participação da população nas questões referentes ao bairro.

Portanto,

- O trabalho social é a base de tudo, isso porque muitas coisas mudaram depois que o Serviço Social veio para o bairro (SIC antigo morador do bairro).

Conclui-se, que diante da trajetória de reivindicação e problematização das lideranças do bairro que, em suas próprias palavras,

- Foi-se criando forças para chegar ao topo da sociedade.

Topo aqui entendido como as forças políticas com poder de pressão, salientando sua capacidade de luta e a importância do Serviço Social nesse processo, favorecendo a mudança do bairro, como consequência do reconhecimento e legitimidade do mesmo, enquanto profissão interventiva e comprometida com a classe trabalhadora.

5 CONCLUSÃO

O propósito, ao iniciar-se o presente estudo era o de confirmar a importância e as contribuições da ação profissional do Serviço Social, aliado às ações concretas que favoreçam as lutas e reivindicações da população, enquanto ser dinâmico e histórico, capaz de mobilizar-se e ser mobilizado para mudanças.

Apontou-se que o bairro Jardim Morada do Sol de Presidente Prudente, no início de sua construção, era caracterizado como um local sem as mínimas condições de infra-estrutura urbana e social, com uma população marginalizada pela sociedade e vivendo em situações de vulnerabilidade social.

Aliados e organizados, lideranças, órgãos públicos e profissionais da área de Serviço Social, foram, com muita luta, alcançando espaço, reconhecimentos e vitórias, dentre estas salienta-se a conquista de transporte coletivo, ruas pavimentadas, serviços públicos de energia elétrica, água e esgoto, coleta de lixo, bem como um comércio atuante, escolas públicas, creche comunitária, área de lazer, ambulatório médico e, sobretudo, o reconhecimento da dignidade de seus moradores enquanto cidadãos.

A ação profissional, envolta de princípios ético-políticos, acoplado a uma direção social, sustenta-se no compromisso com as demandas da população, que requer a compreensão do homem enquanto sujeito de direitos, capaz de produzir história. Nesse sentido, as ações devem ultrapassar o imediatismo, em um processo de fortalecimento mútuo e de organização coletiva, com ênfase na participação e no exercício da cidadania, através da capacitação de lideranças, mediante ações de identificação das potencialidades e de fortalecimento dos sujeitos, sustentada por formação crítica, política e coletiva.

Nesse sentido, pôde-se perceber que a aproximação entre profissional e população constituiu-se em uma estratégia de fortalecimento mútuo e de organização coletiva, em um processo de mediação entre ambos, favorecendo a viabilização de ações que promovessem a autonomia e a emancipação social, política e cultural dessa população, onde a prestação de serviços materiais

expressa-se em uma estratégia utilizada pelo Serviço Social para intervir e fortalecer as lutas sociais da população, enfatizando a necessidade de auto-gestão da comunidade e mediante ações educativas e de potencialização do papel político e reivindicativas da comunidade voltadas para a participação e para o exercício da cidadania.

Esses apontamentos expressam as possibilidades de abordagem desta temática, o que demonstra que ainda existem outros aspectos a serem estudados sobre as práticas profissionais do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARCOVERDE, A.C.B. **A questão social no Brasil**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Mod. 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONADIO, V.M.R. **Política de assistência social na região administrativa de Presidente Prudente**: uma proposta de avaliação. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2003.

BONETTI, D.A (Org.) *et. al.* **Serviço Social e ética**: convite a uma práxis. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, F.G; SERRA , B.R.V; MORAES, I.L; SANTOS, R. C. Questão Social : fenômeno vinculados a histórica luta de classes e determinantes básicos do Serviço Social como profissão. **Revista Serviço Social**, nº. 6. Brasília: UnB, Jan-Jun 2002, p. 79-97.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTO, B. R. C. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando. *In*: DANIEL, M (Coord.) Política de cidadania y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

GOMES, A.M. de C. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Questão social, família e juventude**: desafios do trabalho do assistente social na área sócio-jurídica, 1998, p.261-298.

IANNI, O. A Questão Social. *In*: **São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE, vol.5, n. 01, jan-mar, 1991.

MONTAÑO, C. **Garantir direitos: um dever do assistente social**. *In*: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Fortaleza, 2004

NETTO, J.P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. *In*: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS. 1999.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social” *In*: **Revista Temporalis**, nº. 3, ano 2, Brasília: ABEPSS, Grafile, Jan-Jul 2001, p.41-50.

NOGUEIRA, M.A. Os direitos de cidadania como causa cívica: o desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. *In*: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais**. III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Fortaleza, 2004.

OLIVEIRA, I.M. Qual a contribuição da Assistência Social para a afirmação da cidadania e de uma cultura de direitos no Brasil? Algumas anotações. XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais**. III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Fortaleza: CFESS, 2004.

PAIVA, B.A.; SALES, M.A. A nova ética profissional práxis e princípios. *In*: BONETTI, D.A.; SILVA, M.V.; SALES, M.A.; GONELLI, V.M.M. (Orgs). **Serviço Social e ética: um convite a uma nova práxis**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003, p.174.

PEREIRA, P.A.P. Questão social, serviço social e, direitos de cidadania. *In*: **Revista Temporalis**; nº. 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p .51-61.

_____. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. *In* **Revista Temporalis**, nº. 7, Brasília: ABEPSS, Graflin, Jan-Jul 2003, p.112-122.

SALES, M.A. ; MATOS, M.L. ;LEAL, M.C. (Orgs) **Política social família e juventude** . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SERRA, R.M.S. **Crise de materialidade do Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, I.M.F. Algumas interpretações da “Questão Social”: reatualizando uma velha questão. *In*: XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais**. III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Fortaleza, 2004.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *In*: **Revista Temporalis**, nº. 3, Brasília: ABEPSS, Graflin, jan-jun.2003, p. 33-40.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Entrevista

ANEXO B – Fotos do Bairro Jardim Morada do Sol no início do seu surgimento.

ANEXO C – Fotos atuais do Bairro Jardim Morada do Sol.

ENTREVISTA

1. Há quanto tempo mora no bairro?
2. Como era o bairro no início de sua construção e como é hoje?
3. O que significava chamar o bairro de “km-7” para a população?
4. Quais foram as mudanças percebidas no bairro?
5. Como o Serviço Social influenciou essas mudanças?
6. Quais as maiores conquistas e os maiores desafios encontrados?
7. Quais as ações da população na questão da reivindicação dos seus direitos?
8. Como o Serviço Social ajudou a organização do bairro? Qual a importância da prática profissional na mudança da realidade?

Anexo B: Fotos do bairro Jardim Morada do Sol no início do seu surgimento.



Início do asfalto na entrada do bairro Jardim Morada do Sol

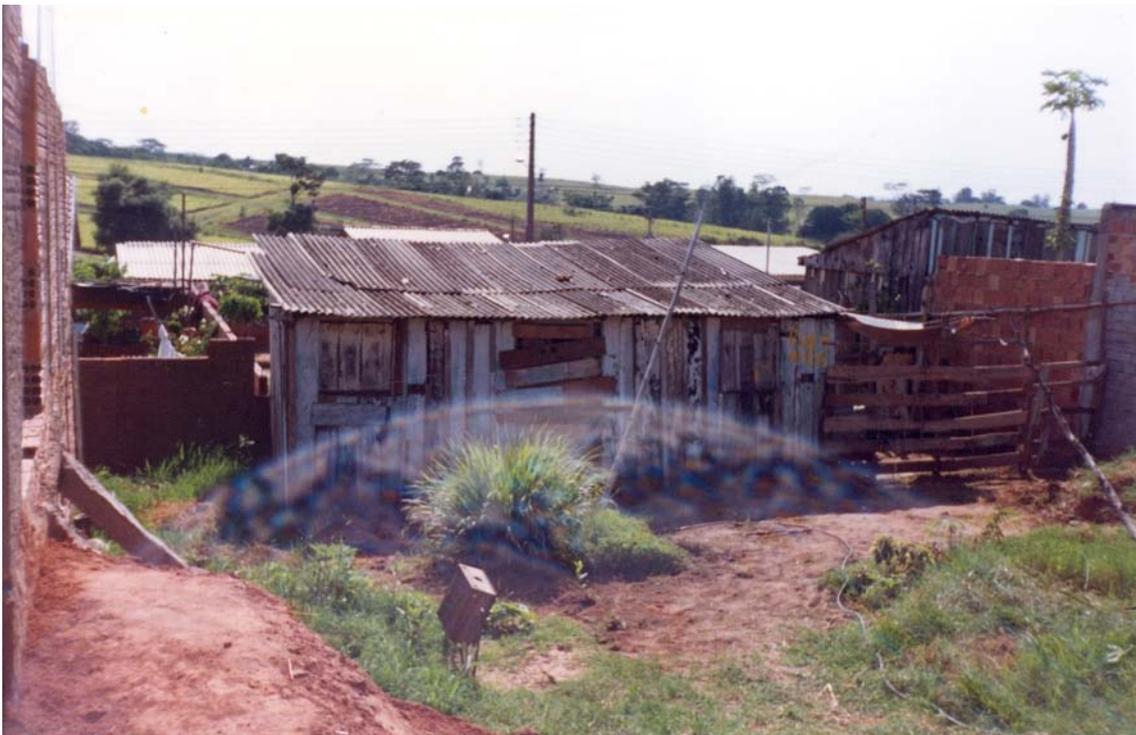


Foto de casa no início do surgimento do bairro Jardim Morada do Sol



Foto de casa no início do surgimento do bairro jardim Morada do Sol



Reunião da profissional de Serviço Social com a Associação de Moradores, na Capela Local do bairro.

ANEXO C: Fotos atuais do Bairro Jardim Morada do Sol.



Atual entrada do bairro Jardim Morada do Sol.



Foto do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Jardim Morada do Sol.



Foto da escola Odette Duarte da Costa, do bairro Jardim Morada do Sol.



Foto do início da construção do espaço físico destinado ao Programa Saúde da Família.

